



**Universidade Federal de São Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**

Natalia Liberato dos Santos

**Política Externa Brasileira e a América Latina:
Possibilidades para a construção de uma liderança brasileira
regional**

GUARULHOS
2019



**Universidade Federal de São Paulo
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**

Natalia Liberato dos Santos

**Política Externa Brasileira e a América Latina:
Possibilidades para a construção de uma liderança brasileira
regional**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Konder Comparato

GUARULHOS
2019

Santos, Natalia Liberato dos

Política Externa Brasileira e a América Latina: Possibilidades para a construção de uma liderança brasileira regional. / Natalia Liberato dos Santos – Guarulhos, 2019

103 páginas

Dissertação de mestrado em Ciências Sociais- Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientador: Bruno Konder Comparato

Brazilian foreign policy and latin America: possibilities to buil a Brazilian regional leadership

1. Ciência Política 2.Liderança regional 3.América Latina 4.Politica Externa Brasileira

I. Política Externa Brasileira e a América Latina: Possibilidades para a construção de uma liderança brasileira regional

Natalia Liberato dos Santos

**Política Externa Brasileira e a América Latina:
Possibilidades para a construção de uma liderança brasileira
regional**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Escola de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de São
Paulo como requisito para a obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Konder Comparato

Aprovação: ____/____/____

Prof. (a) Dr. (a)
Universidade

Prof.(a) Dr.(a)
Universidade

Prof.(a) Dr.(a)
Universidade

“(...) filhos do mesmo continente, quase da mesma terra, oriundos de povos em suma da mesma raça ou pelo menos da mesma formação cultural, com grandes interesses comuns, vivemos nós, latino-americanos, pouco mais que alheios e indiferentes uns aos outros, e nos ignoramos quase por completo”

Discurso de José Veríssimo à Academia de Letras em 1912

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Raimunda dos Santos, e a minha irmã, Gabriela Liberato dos Santos, as mulheres mais importantes da minha vida, são a minha força, a minha luz e minha felicidade.

Obrigada por tudo, sempre!

A todas as mulheres negras que fazem parte da minha vida, e que ao mesmo tempo me inspiram, sei que a minha caminhada também lhes dá força. Sejam granadas para esse mundo atual, e sementes pro mundo que está por vir!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Konder Comparato, por ter aceitado dirigir a minha dissertação, pelas suas colaborações bibliográficas, pelos comentários e críticas, e por sua paciência e dedicação ao me acompanhar nesta fase.

À minha co-orientadora, Prof. Dra. Janina Onuki, por aceitar me co-orientar em mais uma fase da minha vida acadêmica, por toda a paciência e disposição neste período. Muito obrigada pela força demonstrada em períodos como esses.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade Federal de São Paulo – pelas oportunidades de ampliar o conhecimento e o fazer acadêmico-profissional. Aos professores e professoras do departamento de Ciências Sociais da Unifesp, principalmente aqueles e aquelas com quais tive aula durante a minha formação.

Aos meus colegas de turma, pelo apoio acadêmico com comentários e indicações bibliográficas, e o mais importante pelo apoio emocional nessa caminhada.

Ao Rafael Ferreira, secretário do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp, por estar sempre disposto a sanar minhas dúvidas e acalmar meus nervos.

À Capes, pela bolsa concedida durante meu mestrado.

Às minhas amigas há mais de 10 anos, por serem minha válvula de escape para todos os momentos em que achei que não daria conta, Yasmin, Daniela, Gabriela, Ana, Thais, Duda e Paloma. Obrigada por provarem que mesmo depois de todo esse tempo certas coisas não mudam.

Aos meus amigos Marina Spranger e Rafael Tofanelli por sempre me incentivarem a continuar em frente neste mundo acadêmico, por entenderem meus sumiços voltados para a dissertação, pelas correções e revisões nos meus mil e um textos.

E é claro agradeço a Dona Rai, minha mãe! A mulher responsável por quem eu me tornei hoje, por todos os momentos que foi forte, por todos os sacrifícios feitos. Pelas horas extras trabalhadas, as noites mal dormidas, por tudo aquilo que uma mãe faz e ela fez muito mais. Sempre me disse que seu objetivo na vida era me dar tudo aquilo que você não pôde ter e agora, com mais esta fase concluída, temos a prova de que você conseguiu!

Agradeço também a Gabi, minha irmã, que mesmo há 10 mil km daqui me apoia e acalma sempre que possível. E que trilhando os seus passos, me ajuda a sonhar mais alto.

Finalmente, a todos que contribuíram, de alguma forma, para que este trabalho fosse realizado, obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Política Externa Brasileira e a América Latina: Possibilidades para a construção de uma liderança brasileira regional

Natalia Liberato dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Bruno Konder Comparato

RESUMO

A política externa brasileira, desde o período pós-independência, procurou manter ao longo da história determinadas tradições em torno das suas diretivas, dentre elas a que se destaca é a busca por um papel de maior destaque e liderança regional. Seja através da diversificação de parceiros ou da aproximação dos principais polos de poder, o papel de maior destaque e liderança foi almejado. Os principais debates em torno deste objetivo se ativeram às capacidades nacionais do Brasil de empenhar tal papel e às limitações e adaptações que a nação teria de fazer para alcançá-lo. Nesta pesquisa trazemos para o debate as possibilidades que a diversificação dos instrumentos, neste caso através da identidade latino-americana, pode trazer ao Brasil. Para sustentar o debate em torno do fator identidade, em conjunto com o tema política externa brasileira, trazemos um survey de Opinião Pública fruto de uma parceria acadêmica com mais sete países latino-americanos.

Palavras-chaves

Política externa brasileira; América Latina; liderança; opinião pública e identidade

ABSTRACT

Since the post-independence period, the Brazilian foreign policy has sought to maintain certain traditions around its policies, one of which is the search for a greater role and regional leadership. Whether through the diversification of partners or through the approach of main poles of power, the role of a greater prominence and leadership was sought. The main debates around this objective have focused on Brazil's national capacities to play such a role and on the limitations and adaptations that the nation would have to make in order to achieve it. In this research we debate the possibilities that the diversification of instruments, in this case through the Latin American identity, can bring to Brazil. In order to sustain the debate around the identity factor, together with the Brazilian foreign policy theme, we bring a survey of Public Opinion resulting from an academic partnership with seven other Latin American countries.

KEYWORDS

Brazilian foreign policy; Latin America; leadership; public opinion and identity

Sumário

Introdução	10
Capítulo I- Política Externa Brasileira e a trajetória para a liderança	16
Capítulo II- A América Latina	29
Brasil e América Latina	35
Brasil e Argentina	37
Capítulo III- Análise do survey	43
A Opinião Pública brasileira em Las Américas y el mundo	50
Considerações Finais	55
Referências Bibliográficas	58
Anexos	61

INTRODUÇÃO

O intuito desta dissertação foi compreender se a identidade latino-americana, captada a partir da amostra do survey *Las Américas y el mundo*¹ e analisada com base na literatura específica sobre o assunto, pode ser uma variável explicativa para a construção de uma liderança brasileira na América Latina. Isto é, de maneira geral esta pesquisa procura entender se, e de que maneira, o fator identidade pôde influenciar o direcionamento da Política Externa Brasileira no período de 2010 a 2014.

Antes de analisar a percepção de destaque do Brasil na América Latina através do survey, vimos a necessidade de observar a sua trajetória e as suas condições como nação independente. A partir disto, estipulamos cinco condições:

1) a abertura da nação para o contexto internacional, pois entendemos que é necessário estar aberto, voltado para o cenário internacional, e não apenas focado no contexto doméstico para se fazer parte do jogo e da ordem mundial (Cervo & Bueno, 2008, p.10);

2) uma política externa bem definida em prol do desenvolvimento da nação sem um alinhamento automático, ou seja, autônoma. Uma nação independente que busca maior projeção internacional precisa ter uma política externa definida e que a favoreça, pois, “a autonomia é um objetivo primordial de qualquer Estado-nação (...) livre dos constrangimentos impostos pelas grandes potências, (...) um instrumento para salvaguardar-se dos efeitos mais nocivos do sistema internacional.” (Vigevani & Ramanzini, 2014, p.55);

3) a busca de integração e reconhecimento dos países vizinhos como parceiros através de instituições, ajuda internacional e grupos de interesse;

4) o reconhecimento por parte dos setores da comunidade brasileira, tais como a opinião pública, como parte integrante da América Latina em conjunto com a convergência para o Brasil assumir um papel de destaque/liderança na região, incluindo os prós e contras;

5) o reconhecimento por parte da comunidade internacional do Brasil como o destaque/líder regional. A imagem de uma nação é multifacetada, composta pela visão daqueles que fazem parte dela, pela imagem daqueles à sua volta e pela imagem que ela quer mostrar. Todas estas requerem uma forma de reconhecimento.

O survey *Las Américas y el mundo* (LAYEM) aqui analisado faz parte de uma parceria acadêmica internacional composta por cerca de oito países da América Latina, é aplicado no

¹Maiores informações podem ser encontradas em:
<https://www.lasamericasyelmundo.cide.edu/>

Brasil desde 2010 e repetido a cada 4 anos. A sua coordenação principal é feita pelo *Centro de Investigación y Docencia Económicas* (CIDE), no México. No Brasil, a coordenação do projeto é conduzida pelo Instituto de Relações Internacionais da USP, em parceria com o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Parte do objetivo do projeto LAYEM é contribuir com a geração de informação e conhecimento relevante, em busca de soluções para os problemas globais que afetam de maneira direta a sociedade, a economia, o desenvolvimento e a inserção internacional da América Latina. Objetivo este há muito tempo almejado por parte da comunidade latino-americana.

O tema da liderança brasileira e da participação do Brasil no cenário internacional a partir da América Latina sempre fez parte das minhas inquietações acadêmicas. Durante os anos 2000, a participação brasileira nos palcos internacionais mais significativos da época, tais como a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, as discussões no âmbito do Mercosul e IBAS e a negociação para a criação do banco dos BRICS, foi o assunto que mais me interessou. Em todos estes episódios foi possível enxergar a tentativa brasileira de se destacar internacionalmente enquanto um líder regional.

Assim, nasceu naturalmente o propósito para esta dissertação: analisar a atuação brasileira em busca da liderança e do destaque regional, tradicionalmente reforçada pela Política Externa Brasileira (PEB), a partir de um olhar voltado para a Opinião Pública e sua identificação com a região da América Latina. Destarte, nesta pesquisa apresentamos uma revisão da evolução da Política Externa Brasileira (PEB) e de seus paradigmas, no intuito de compreender melhor a construção da percepção de destaque do Brasil na América Latina.

Foram analisadas as relações do Brasil com a América Latina, suas proximidades, seus abismos, as dificuldades enfrentadas e as parcerias construídas com a região, de maneira a realçar a forma como essa relação foi construída, sua história comum e o papel desempenhado pelo fator identidade latino-americana, captado no survey *Las Américas y el mundo*, como possível instrumento para a PEB.

A opinião pública tem sido um fator relevante nessa trajetória e principalmente nesta pesquisa, pois é compreendida como o resultado de processos sociais complexos e não como a mera soma de diversas opiniões individuais (Glynn; Herbst; O'Keefe; Shapiro & Lindeman, 1988). Como resultado desses processos, ela é capaz de melhor traduzir as aspirações do público, no caso deste estudo, o brasileiro.

A maneira mais conhecida de se captar a opinião pública é através de surveys, um método quantitativo que, apesar de algumas limitações quanto ao tipo de informação que pode

ser captada, é comumente usado na Ciência Política. Afinal, conhecer a opinião pública é crucial numa democracia para se compreender o sentimento popular em relação a temas específicos.

É importante destacar que o propósito do projeto inicial era analisar a construção de uma liderança brasileira regional através da análise de políticas voltadas para a América Latina no período do primeiro governo Dilma (2011-2014). As hipóteses iniciais estavam direcionadas ao grau de institucionalização ou à abrangência com a qual o governo se comprometeu com a política – como, por exemplo, a construção da liderança regional brasileira –, ou relacionadas com o grau de apoio ou a ênfase com a qual os diversos atores de política doméstica apóiam, são indiferentes ou se opõem à política. Acreditamos que não houve uma desistência de alcançar a liderança brasileira na região, mas sim uma alteração do grau de interesse do governo em conjunto com os fatores internos e externos do governo Dilma.

Contudo, após as acaloradas discussões na disciplina Seminário de Pesquisa, cursada em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, chegamos à conclusão de que o tema estava amplo demais. Até pensamos em focar apenas em uma relação bilateral para analisar essa busca de liderança, porém o acesso ao *survey* “Brasil, as Américas e o Mundo: opinião pública e política externa”, – aplicado em dois momentos recentes (2010 e 2014), e que será aplicado novamente em fevereiro de 2019 com um questionário² similar aos dos outros anos, incluindo perguntas sobre política internacional³ e política externa⁴ –, além de questões sobre dados socioeconômicos dos entrevistados e suas preferências, permitiu classificar as respostas moderando por ideologia, formação escolar, nível socioeconômico ou gênero. Decidimos, portanto, focar nossa pesquisa em um fator que não é comumente trabalhado na literatura.

Com uma amostra de cerca de 2788 entrevistas, o *survey* foi liderado pelo Centro de Investigação e Docência Econômica no México (CIDE)ⁱ e realizado em sete nações latino-americanas (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru), em que as amostras foram definidas de maneira representativa para a população de cada país.

Consideramos que a América Latina é um espaço em que as relações entre as nações, – tanto no viés econômico quanto no diplomático –, têm sido construídas na base da

² Anexo1.

³ Para Pecequillo (2012), trata-se de um conjunto de objetivos e processos que ocorrem para além das fronteiras dos Estados nacionais.

⁴ A literatura base da área de Relações Internacionais classifica a política externa como a ação empreendida de maneira estratégica e voltada para a atuação do país no plano internacional.

desconfiança (Santos, 2002; Seckinger, 1984) e com um temor constante de um subimperialismo brasileiro na região: “por ter sido uma monarquia, e por isso exceção política na região, após sua independência, foi vista com suspeita pelas repúblicas da região, receosas da recolonização europeia” (Guimarães, 2006). Com isso, uma identificação latino-americana por parte da opinião pública brasileira, em conjunto com alguns setores da diplomacia, precisa ser objeto de estudo para que as relações possam ser aprimoradas, bem como o papel do Brasil na região.

“Existe (...) ainda mais latente do que explícita, a memória de um passado de rivalidades, ressentimentos e frustrações em relação ao Brasil, que a retórica da amizade permanente ignora ou procura ocultar, mas cujo efeito em realidade é dificultar ou postergar a articulação de programas eficazes de cooperação e de superação de ressentimentos” (Guimarães, p. 273, 2006).

Como o Brasil não é uma potência *hard power*⁵, pois não possui capacidades materiais, militares e econômicas para influenciar a ordem internacional, a diplomacia, um *soft power*⁶ tem sido o melhor caminho para o país em termos de projeção internacional. Aproveitar heranças, traços e identidades em comum com a região é uma forma de ampliar o conhecimento e aprimorar as relações entre as nações e, possivelmente, a influência brasileira sobre elas, diminuindo o espaço de outras potências como México e Argentina que também aspiram a um papel de destaque na América Latina. Para nós, a identidade latino-americana construída no decorrer da história pode ser um fator com capacidade de mobilização e direcionamento da política externa.

A partir de uma breve revisão da evolução da Política Externa Brasileira, compreendemos melhor como foi construída a relação do Brasil com a América Latina desde sua Independência até o século 21, quando o país passou a ampliar suas iniciativas na região. Na literatura sobre a Política Externa Brasileira (PEB) aqui apresentada, concordo com Pinheiro e Milani (2012) e Vigevaldi (2009). Para estes autores, desde que o Brasil assumiu seu papel como Estado-nação independente ele quis ter para si um papel mais relevante globalmente, mas foi a partir dos anos 90 que o país começou a tentar reforçar um papel de líder na região. A contextualização aqui presente é uma forma de demonstrar isso, dando

⁵ Malamud, A. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy.

⁶Nye, Joseph. The means to success in world politics.

maior relevância não apenas para conceitos comumente trabalhados como liderança e política regional, mas também para outros como identidade latino-americana.

Neste sentido discutimos a percepção da amostra da pesquisa que se identifica como latino-americana, aproveitando os dados do *survey* para melhor estruturar o debate e analisar este conceito de identidade latino-americana. Partimos disso, pois, um segmento da discussão de liderança (Keohane, 2010; Lafer, 2001; Camargo, 2013) e de consolidação de nações (Hobsbawm, 2012) remete à necessidade da consolidação de identidade(s) no desenvolvimento e projeção internacional de uma nação.

Admitimos como hipótese para este estudo que “a identidade latino-americana apreendida da amostra dos participantes do *survey* que se identificaram como tal, pode ser considerada uma variável explicativa satisfatória para a busca de liderança da PEB”. Assim, discorreremos sobre a percepção dos respondentes da pesquisa que se identificam como latino-americanos para analisar as convergências e divergências em relação à trajetória da PEB.

A exposição dos resultados da pesquisa encontra-se organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo fazemos um breve panorama sobre a evolução da PEB, apresentando as três das cinco variáveis que condicionam o Brasil ao papel de líder regional, a saber, (1) a abertura da nação para o contexto internacional; (2) uma política externa bem definida em prol do desenvolvimento da nação sem um alinhamento automático.

O segundo capítulo está dividido em duas seções, a primeira contém a evolução da história da América Latina desde a criação do conceito até a consolidação deste espaço para algo além da ideia, a partir daqueles que aqui viviam. Na segunda seção fazemos uma revisão da relação entre o Brasil e a América Latina, sua inserção neste espaço e o maior envolvimento com os vizinhos através de políticas voltadas para a região, para abordarmos a terceira variável que condicionaria o Brasil a uma posição de maior destaque: a busca de integração e reconhecimento dos países vizinhos como parceiros. Damos destaque à relação Brasil e Argentina exatamente por seus complexos históricos político-econômicos.

No terceiro capítulo, também dividido em duas seções, fazemos uma breve introdução à análise do conceito de identidade para compreender de que maneira ela pode participar da busca brasileira por destaque na região. Pelo fato do conceito identidade não ser comumente tratado como um instrumento da PEB, houve dificuldade para encontrar literatura que aborde este conceito sob as mesmas premissas que nós.

Em seguida, tomamos o questionário e os resultados do *survey* Las Américas y el mundo para analisar a percepção deste público a partir do fator identidade, precisamente em relação à identidade latino-americana e às possíveis convergências com o direcionamento da

PEB na América Latina. Direcionamos a análise ao grupo que se identificou como latino-americano, em comparação com outra abordagem dos dados, para debater sobre a quarta variável: o reconhecimento por parte da própria comunidade brasileira e de seus setores (opinião pública) como integrantes da América Latina, e a convergência para o Brasil assumir um papel de destaque/liderança na região.

Deste questionário⁷ destacamos a seguinte pergunta, comum a todas as versões/nações, porém adaptada à especificidade de cada uma delas⁸:

Você se sente:

- (a) latino-americano
- (b) brasileiro
- (c) sul-americano
- (d) cidadão do MERCOSUL
- (e) cidadão do mundo
- (f) NS (Não sabe)
- (g) NR (Não respondeu)

Com base na amostra correspondente aos participantes que escolheram a alternativa (a) *latino-americano*, decidimos usar o survey como ferramenta no debate sobre a identificação da opinião pública brasileira em termos de América Latina.

Para verificar o reconhecimento, por parte da comunidade internacional, do Brasil como nação de destaque e líder da América Latina planejamos uma análise dos discursos das grandes potências nos principais palcos internacionais, porém ao longo da pesquisa seguimos um caminho que dá maior destaque a uma abordagem mais diversificada e mais voltada a uma visão da América Latina sobre a própria América Latina. Por consequência, esse ponto não foi abordado.

É importante ressaltar que ao longo da história do Brasil, desde seu período pós independência há inflexão da PEB, esta variou quanto as parcerias e políticas adotadas procurando estratégias que capacitassem uma posição de destaque mundialmente, ora via parceiros regionais, ora via maior participação em organizações internacionais, diversificando também a própria noção de destaque, a depender das condições domésticas e de sistema.

⁷ Anexos.

⁸ Questão nº 160 do relatório do Instituto Olhar, responsável pela aplicação do questionário ao público comum.

A nossa abordagem visa destacar temas e conceitos não muito comuns ao se estudar política externa brasileira, o fator identidade, por exemplo. Também tentamos nos distanciar do que vimos como comum ao se estudar a América Latina, concepções pré estabelecidas que acabavam por limitar a compreensão deste espaço, buscamos seguir um trajeto que possa ser tido como próprio da região. Com isso dito, seguem as informações e análises por nós feitas.

CAPÍTULO I - Política Externa Brasileira e a trajetória para a liderança

Neste capítulo abordamos as duas primeiras condições que estipulamos para a construção de um papel de maior destaque brasileiro na América Latina, sendo a primeira delas a abertura do país ao contexto internacional. Aqui estamos falando de uma abertura comercial, entendida da mesma maneira que Cervo e Bueno (2008), no sistema internacional do capitalismo industrial, que forjou nas nações latino-americanas uma integração condicionante à divisão internacional do trabalho. No caso do Brasil, associamos essa abertura ao início de uma superação de parte das heranças coloniais, como veremos ao longo desta dissertação.

Ao analisarmos a inserção do Brasil como nação independente na ordem mundial, segundo Bueno e Cervo (2008), é necessário compreender dois fatores históricos da época: a) as condições da política externa brasileira no período da Independência e b) a maneira pela qual este novo Estado se definia.

Segundo Bueno e Cervo (2008), na época existiam quatro variáveis responsáveis por condicionar o direcionamento e a ação da política externa brasileira:

O jogo das forças que compunham o sistema internacional no início do século XIX e os objetivos dos Estados dominantes; a inserção do continente americano nesse sistema; a herança colonial brasileira tanto socioeconômica quanto jurídica-política, e finalmente, o precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente, por meio da “aliança inglesa”.

Dentre as forças que compunham o sistema internacional, a Grã-Bretanha era o centro responsável por boa parte do controle das relações internacionais. A Política Externa Brasileira neste período inicial de independência se definiu, de acordo com os autores, em função de sua herança colonial com suas estruturas sociais (tais como os estamentos) em conjunto com os valores do Estado bragantino, dos laços com os ingleses transferidos pela metrópole e, como consequência, da queda dos impérios Português e Espanhol, bem como em função da “transformação do continente americano em área de competição internacional” (Cervo, 2008, p. 23). Essas estruturas, segundo Guimarães (2006) em “Desafios brasileiros na era dos gigantes”, podem ser chamadas “de vulnerabilidades do subdesenvolvimento que se

encontram entrelaçados, em relações circulares (...) cumulativas, e que se agravaram com o tempo” no Brasil.

A independência do Brasil interessava não apenas aos Estados hispano-americanos, mas também a Estados, como a Grã-Bretanha, que sofriam com o cerco imposto por Napoleão, e aos EUA, por questões econômicas e políticas obviamente estratégicas. Foi através das primeiras iniciativas da política externa, ainda no período monárquico, que o estado brasileiro, na tentativa de assegurar a separação de Portugal, deu início a um processo de reconhecimento e formação de um estado brasileiro independente.

A partir de 1844 a política externa brasileira experimentou algumas mudanças. A ascensão de Dom Pedro II rumo à estabilidade; o início da expansão das plantações de café cujas exportações eram então orientadas basicamente para o EUA; e o fim dos tratados desiguais assinados no rastro da independência, abriram perspectivas para um arco de ações externas mais ativas. (Saraiva, p. 24, 2012)

É a partir de 1844 que o Brasil se volta ao contexto internacional como um Estado independente, devido a uma conquista de independência através do rompimento com Portugal, mas com a escolha da Grã-Bretanha como “parceira” e mediadora para a manutenção desse status, o que o levou a uma relação de dependência desta última.

A partir desta imposição, se inicia um processo de rompimento com alguns resquícios da metrópole através da criação do Conselho dos Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil, da convocação da Constituinte, da exclusão de funcionários portugueses que não aderiram à Independência e o mais importante, da *criação de um corpo diplomático brasileiro*. Deste modo foram abandonados, “gradativamente, os vínculos político-jurídicos e as relações do antigo sistema colonial entre Brasil e Portugal” (Bueno e Cervo, 2008, p. 29).

Os últimos anos do império foram marcados, segundo Miriam Gomes Saraiva (2012), por fortes iniciativas de projeção internacional independente. Foi um momento em que a própria relação com a Inglaterra passou a ser contestada graças à recessão econômica que atingia a Europa, e em que os EUA passaram a ter um papel de destaque na exportação de café brasileiro.

Apesar deste rompimento, no “nascimento” do Brasil como nação livre, determinados costumes ibéricos e vulnerabilidades comerciais e financeiras do império colonial foram

herdados pelo país, que teve “de assumir, importante dívida de Portugal para com a Grã-Bretanha” (Guimarães, p. 27, 2006).

Dessas heranças vulneráveis, temos por exemplo o sufocamento do desenvolvimento das forças produtivas na Colônia (Brasil), pois, segundo Guimarães (2006), Portugal impedia o surgimento de atividades produtivas concorrentes da sua escassa produção doméstica, o que levou a economia brasileira a ter uma forte relação de dependência com o comércio exterior e que, conseqüentemente, levava suas atividades primárias à exaustão cíclica. Este fator, a exaustão cíclica, é igualmente notado por Raúl Prebisch não apenas no Brasil mas também na América Latina.

Essa fragilidade herdada pelo estado brasileiro enquanto Colônia tinha como objetivo sustentar a metrópole como um todo, e não apenas a Corte portuguesa, através do “exercício predatório de atividades produtivas que gerassem tributos e oportunidades de comércio de intermediação para Lisboa” (Guimarães, p. 32, 2006), ocasionando um parasitismo disseminado por todo o território da Colônia.

À medida que o Brasil foi se formando apoiado na escravidão, tanto a propriedade de terra quanto o mercado de trabalho tiveram como base essa forma de exploração humana, e no decorrer de ciclos de crises se formaram grupos minoritários, que, por sua vez, se beneficiavam das vulnerabilidades e asseguraram a manutenção desse sistema predatório.

Voltando a linha histórica sobre a PEB, passamos ao início do século XX. Foi a partir de 1902, com sua criação, que o Ministério das Relações Exteriores foi assumido pelo Barão de Rio Branco, monarquista de origem que teve como objetivos, segundo Mello e Silva (1995), a consolidação das fronteiras brasileiras e a ampliação do prestígio internacional do país, ou seja, ele via que o direcionamento da política externa de um país deveria representar os seus interesses nacionais.

É a partir de sua trajetória que mostramos como a segunda condição por nós identificada para a projeção de um papel de destaque e liderança brasileira na América Latina, *uma política externa em prol do desenvolvimento e defesa dos interesses domésticos*, foi alcançada pela PEB. Um desenvolvimento que siga o princípio do pensamento cepalino, elaborado sobre grande influência de Raúl Prebisch, economista argentino responsável pela revolução do Pensamento Cepalino, e pela direção da UNCTAD e do Banco Central Argentino.

Prebisch foi responsável por deslumbrar o sistema de relações internacionais através do conceito centro-periferia. “Este seria a base teórica sobre os problemas do desenvolvimento, e sobre estas bases se buscariam os meios para se atingir o objetivo final: o

desenvolvimento” (COUTO, p. 61, 2007). Os meios para alcançar este objetivo seriam, segundo Couto (2007), a industrialização e o comércio internacional – através da criação de um mercado comum latino-americano, posteriormente através da sua Teoria da Transformação. Para Couto (2007), a Teoria da Transformação seria compreendida como uma síntese entre socialismo e liberalismo, pois o Estado regularia democraticamente a acumulação e a distribuição e, ao mesmo tempo, consagraria a liberdade econômica do que produzir e do que consumir; a reforma agrária, a política de cooperação internacional e a planificação do desenvolvimento. Tudo isso visando **consolidar o “desenvolvimento econômico e social da periferia, em geral, e da América Latina”** (COUTO, p. 61, 2007).

Para Jaguaribe (1996), a Política Externa de um país é estabelecida em função da imagem que se faça de si mesmo e do mundo, em conjunto com os recursos que efetivamente disponha, e pelos objetivos internacionais que se fixem por sua capacidade de atingi-los, ou seja, a política externa é resultado de uma análise dos recursos de que o Estado efetivamente faz uso, direcionada para a construção de uma imagem que reflita o posicionamento almejado.

Sabe-se que cada país deve definir objetivos nacionais, sejam eles de nível transitório ou permanente, permitindo uma intersecção entre o doméstico e o internacional.

Porém, com o passar do tempo, as prioridades de um Estado podem se alterar em decorrência da mudança de regime político, liderança governamental e das escolhas e opiniões de seus cidadãos (Neack & Haney, 1999). Isto é, tanto os fatores sistêmicos quanto os domésticos são responsáveis por influenciar a relação de um país com outros atores estatais, como nações e seus representantes governamentais e não-estatais, ONGS e movimentos sociais que buscam muitas vezes “unir os interesses pessoais expressados em coletivos (...) como uma interlocução entre atores sociais” (Ziglio, 2008).

No caso do Brasil, segundo autores como Pinheiro (2000) e Saraiva (2007), a diplomacia brasileira dos tempos da República, da gestão de Rio Branco até 2007, variou no tipo de Política Externa adotada, mas não de forma radical, mantendo como foco o alcance de um maior protagonismo do Brasil no sistema internacional.

Segundo Saraiva (2012), Rio Branco via duas formas pelas quais um país poderia projetar poder e conseqüentemente se projetar internacionalmente, uma, através de recursos materiais e, outra, de recursos simbólicos. No caso do Brasil, por não possuir a primeira, deveria se apoiar nos recursos simbólicos através de esforços diplomáticos ordenados, por meio de relações especiais com outro polo de poder em ascensão.

Por isso, o modelo da PEB, do ponto de vista de parte da diplomacia brasileira, procurou seguir uma postura pacifista, de igualdade jurídica entre os Estados, de não

intervenção, assumindo até o papel de mediador político no plano internacional e regional, postura que fez com que o país adotasse diversas vezes uma política externa multilateralista aderindo a regimes internacionais e a propostas de integração regional.

Papel este que, para nós, pode ter freado a consolidação de uma conduta de maior destaque e liderança brasileira na América Latina, por não permitir um posicionamento mais assertivo em relação à região, mas apenas como um mediador nas Américas ou entre os países emergentes e o resto do mundo.

(...) a política platina do Brasil atravessou um período (...) marcado por indefinições táticas estratégicas, pela consideração das alternativas incompatíveis e falta de clareza no estabelecimento de metas concretas. (Cervo e Bueno 2008 pg110)

Dentro do contexto de diplomacia e do papel de mediador, podemos destacar o posicionamento da política do Brasil na chamada “solidariedade coletiva” como base da convivência internacional, mas, segundo Brito (1984), nas Américas essa solidariedade tentou ser inserida pelos EUA como “Pan-Americanismo”; uma identidade de ideais e interesses que norteiam os países das Américas visando à solidariedade continental, como resultado de razões históricas e geográficas, mas que na realidade tinha como “objetivo promover o comércio e o investimento estadunidense na região, criar estruturas políticas ordenadas e previsíveis nos países ao sul e deter quaisquer ambições imperialistas europeias” (Bethell, 2009).

Segundo Bethell (2010), na visão das nações da América Espanhola, este interesse estadunidense nas Américas foi visto com desconfiança: “They feared, with good reason, that pan-Americanism was simply a weapon with which to assert US economic and political hegemony for the further exploitation of the region”. Apesar disso, o Brasil o apoiou e mediou a relação desde o início, o que deixou um mal-estar entre o Brasil e alguns países da América Latina.

Retomando a abordagem histórica da PEB, a gestão do Barão de Rio Branco (1902-1912) foi responsável pela definição das fronteiras brasileiras com as nações hispânicas, assim como pela maior aproximação do Brasil com os EUA “a fim de se eliminar os riscos de uma possível frente-antibrasileira na América do Sul” (Jaguaribe, 1993, p. 24).

Em relação aos EUA, o barão de Rio Branco apontava para as similaridades entre este e o Brasil em termos de território, base étnica,

diversidade cultural pelo fato de estarem ambos em meio a países hispânicos. Portanto, o Brasil poderia ser a “contrapartida” dos EUA na América do Sul. (Saraiva, P.30, 2012)

Este temor por uma frente-antibrasileira é por nós compreendido como resultado do que Manuel Bomfim ressalta em sua obra “A América Latina: males de origem” de 1993: as heranças sociais coloniais ainda presentes nas sociedades latino-americanas submetidas a um embate entre as ex-colônias das nações ibéricas portuguesas e espanholas. O próprio “Rio Branco via a Argentina com desconfiança (...) alimentada pela memória das rivalidades do século XIX, assim como pela visão das elites remanescentes do período imperial que identificava essas repúblicas com o caudilhismo e o fracasso do liberalismo.” (SARAIVA, p. 31, 2012).

Segundo Bomfim (1993), esses traumas e disparidades transmitidos aos descendentes dessas nações agiram como “efeitos especiais do parasitismo ibérico sobre as nacionalidades sul-americanas”. O que o autor chama de herança social:

Consiste na transmissão, por herança, das qualidades psicológicas comuns e constantes, que, por serem constantes e comuns através de todas as gerações, dão a cada grupo social um caráter próprio distintivo: transmissão por herança, no grupo anglo-saxônico das qualidades que caracterizam o tipo anglo-saxônico (BOMFIM, 1993, p. 112).

Bomfim ainda ressalta que, desses efeitos especiais do parasitismo ibérico, devemos ainda levar em conta o fato

(...) de que o organismo parasitado – a sociedade latino-americana já existente antes da colonização, em conjunto dos que para cá foram arrastados – deriva diretamente do parasita e é por ele educado dando a essa influência um aspecto contraditório, em que este novo organismo nacional procura ao mesmo tempo, imitar e repelir as instituições e o regime da metrópole. (Bomfim, 1993, p.115)

Sendo assim, associamos que parte dos obstáculos para se estabelecer um papel de maior destaque e de liderança brasileira na região, junto ao temor de uma frente-antibrasileira vinda de países vizinhos, deriva desses efeitos especiais do parasitismo ibérico que tornaram complexas as relações entre os países da região, dificultando a consolidação de confiança e as relações internacionais na América Latina que acabaram por ser influenciadas pelo desenvolvimento da sociedade latino-americana de maneira ambígua.

As diretivas da PEB ao longo da história refletem os objetivos e perspectivas construídas à época de Rio Branco, tanto o comportamento diante das nações vizinhas quanto a atuação internacional. Um exemplo disso foi, na Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil atuou incentivado pelos EUA e após ataque a navios brasileiros pela esquadra alemã, criando, assim, uma expectativa de ocupar um papel de destaque na política internacional e de ter reconhecimento por parte das potências europeias. Isso em conjunto com os esforços de industrialização no setor doméstico, enquanto outras nações, como a Argentina, procuraram manter-se neutras em relação ao conflito.

É a partir de 1930, com a industrialização, de acordo com Saraiva (2012), que a PEB passou a ser orientada como um instrumento para a conquista de elementos para o desenvolvimento doméstico, possibilitando ao país ampliar sua rede de relações numa política externa em prol do desenvolvimento e da defesa dos interesses domésticos, de modo que a aproximação com a América Latina teve maior destaque.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial rendeu investimentos norte-americanos nas forças armadas brasileiras e em projetos nacionais como a Companhia Siderúrgica Nacional.

É possível notar que a partir da década de 30 houve um maior envolvimento do Brasil nos assuntos latino-americanos. Por exemplo, em 1941 Brasil e Argentina assinaram um tratado para uma área de livre comércio entre os dois países e depois, diante do posicionamento conflitante das duas nações durante a Segunda Guerra Mundial, a aplicação do tratado ficou inviável. Após o período do Estado Novo, o Brasil firmou em 1947 o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca - TIAR, num momento em que as forças do Eixo estavam se aproximando das nações latino-americanas e preocupavam os EUA, ele foi assinado com auxílio da União Panamericana, posteriormente substituída pela Secretaria Geral da OEA.

A influência norte-americana sobre este Tratado pode ser vista no caso da pedida de ajuda da Argentina, em 1988, para lidar com a guerra das Malvinas contra o Reino Unido. Entretanto, como os EUA eram parceiros a ajuda foi impossibilitada.

No pós-guerra, a PEB foi marcada, segundo Jaguaribe (1996), pela expectativa de um tratamento especial por parte dos EUA como reconhecimento da sua participação na Segunda Guerra, o que não se verificou com exceção da criação da Comissão Mista Brasil-EUA, que tinha por objetivo avaliar projetos de infraestrutura e indústria de base. Esta ação teve início em 1950 e se encerrou três anos depois.

Durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945), a PEB foi diversificada no intuito de manter o desenvolvimento e a defesa dos interesses domésticos, buscou-se acrescentar a instrumentalização das relações econômicas externas, ou seja, as buscas por capital estrangeiro para o desenvolvimento interno e o alinhamento político, no caso, ao ocidente (EUA).

Conforme Saraiva (2012), este direcionamento da PEB, ainda no Estado Novo, foi visto de maneira ambígua pelas bases internas de seu governo e com o suicídio de Vargas iniciou-se um debate a respeito da PEB no governo e a sua relação com o desenvolvimentismo interno e da região.

Com JK (1956-1961), a PEB foi mantida sob apoio do EUA, mas ao mesmo tempo se orientou em prol da mobilização latino-americana com a criação da OPA – Operação Pan Americana, e de debates que influenciaram posteriormente a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), substituída em 1980 pela ALADI (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração), com o intento de dar continuidade ao processo de integração iniciada pela primeira.

Tudo isso ocorreu num período em que os debates ao redor da América Latina permeavam o tema subdesenvolvimento e os seus limites na região sob influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que forneceu conteúdo teórico e prático para o desenvolvimento econômico da região. No segundo capítulo traremos mais detalhes sobre sua formação e influência na América Latina.

Com o governo Jânio Quadros (1961), a PEB tomou o direcionamento de uma Política Externa Independente, procurando defender os interesses da região, o que teve forte impacto. Pinheiro (2004) chega a nominar de globalismo um período em que, diferentemente do que vinha sendo visto, as relações com os EUA passaram a ser vistas como consequência da ampliação de poder do Brasil através da diversificação de parceiros em prol dos interesses domésticos, e não como um poder de barganha. Para Saraiva (2012), a PEI foi uma diretiva da PEB que fez referência ao entorno latino-americano em busca do desenvolvimento doméstico,

sob argumentações diferentes das até então defendidas por JK e Varas, segundo Vizentini (1993).

Porém, com o golpe de 64 e a ascensão de Castello Branco, a política externa adotou “uma visão maniqueísta do mundo, em que forças democráticas do mundo livre se opunham às forças totalitárias do bloco soviético” (Jaguaribe, 1996, p. 30), o que representou uma ruptura em relação à PEB anterior e a reaproximou dos EUA. Com Costa e Silva em 1967, a PEB voltou a ter sua centralidade nas mãos do Itamaraty, isso fez com que algumas características da PEI fossem retomadas.

Em 1973, com Geisel e a crise do petróleo houve uma superação, de acordo com Saraiva (2012), da ideia de fronteiras ideológicas que permeavam as diretrizes da PEB. Em seu período procurou-se ampliar a margem de manobra no sistema internacional através da diversificação das relações econômicas externas.

A PEB buscou uma política de “pragmatismo responsável”, de acordo com a terminologia que o próprio Geisel cunhou, e procurou se afastar dessa visão e voltar-se aos interesses nacionais. Com isso, houve um aumento na relevância dada à região pela PEB, o que nos remete à terceira condição em prol da liderança brasileira na América Latina: *a busca de integração e reconhecimento dos países vizinhos como parceiros*.

A aproximação do Brasil com a América Latina foi conduzida, segundo Bueno (2008), sob três dimensões: 1) a ação nos órgãos multilaterais regionais para promover a cooperação dos EUA com o desenvolvimento regional; 2) as iniciativas de integração multilateral e bilateral intrazonal e 3) o escalonamento da América Latina na estratégia de inserção mundial. Ao longo da história, a integração do Brasil com seus vizinhos passou do distanciamento para a aproximação: “a diplomacia brasileira na região foi uma condição prévia para a integração hemisférica” (Cervo, 2008, p.487). Falaremos mais a respeito da busca de integração e reconhecimento dos países vizinhos como parceiros no segundo capítulo, em que trataremos um pouco do histórico das relações brasileiras com a América Latina.

Com o fim do período da ditadura e com a ascensão de um governo civil, a PEB sofreu mudanças. Posto que até então, de acordo com Pinheiro (2004), ela tinha fortes vínculos com a estratégia de desenvolvimento nacional direcionada à substituição de importações e entrou em crise graças aos problemas com a dívida externa combinada com a desestruturação econômica do país. A partir dessas mudanças, as relações com Cuba foram reatadas e o Brasil passou a assinar sistematicamente todas as convenções internacionais de direitos humanos. Temas referentes à América Latina passaram a ganhar maior destaque na PEB, como

“consequência dos problemas advindos da dívida externa e as formas alternativas de estabilização que forçaram uma tendência a integração.” (Saraiva, 2012, p.72).

Com Sarney (1985-1990) temos a abertura para a democracia e o retorno de exilados, criando assim uma nova imagem para o Brasil externamente. Há uma certa continuidade de algumas políticas dos governos anteriores, tais como o reforço das relações com a América Latina. É com Sarney que as relações diplomáticas são retomadas com Cuba – elas haviam sido cortadas no governo de Castelo – e há uma defesa para a sua inserção no sistema latino-americano. Neste período o Brasil também passa a integrar o Grupo Rio⁹, importante associação voltada para a melhoria das relações políticas na América Latina, e o Grupo de Apoio à Contadora, criado por México, Panamá, Colômbia e Venezuela como resposta à política intervencionista norte-americana na América Central.

Sarney também visitou todos os países da América do Sul, trata-se de um período de significativa reaproximação com a Argentina, marcada especialmente pelo Acordo Tripartite (1989) entre Brasil, Argentina e Paraguai sobre o aproveitamento dos recursos hidráulicos do Rio Paraná.

Já no governo Collor procurou-se recuperar parte do padrão americanista da PEB, o que significou uma compreensão do jogo internacional a partir de uma perspectiva hegemônica estadunidense, aliada a um esvaziamento do Itamaraty quanto ao processo de formulação da PEB. Neste período o Brasil assinou, junto com Argentina, Paraguai e Uruguai, o Tratado de Assunção, responsável pela criação do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, conhecido por ser a mais diversa integração regional da América Latina após a redemocratização e reaproximação ao fim da década de 80¹⁰.

A partir dos anos 90 e do governo FHC, a PEB passou a ser caracterizada por uma autonomia pela integração (VIGEVANI & RAMANZINI), 2005, com uma alta participação na elaboração de normas internacionais. Foi o período em que o Brasil mais participou de operações de paz, aderiu a importantes regimes internacionais como o TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear), a OMC (Organização Mundial do Comércio) e a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Apesar do tema liderança não estar explícito nos discursos da PEB

⁹ Uma associação permanente de consulta Latino-americana e caribenha, com intuito de melhorar as relações políticas entre os países da região. Para mais informações: <http://www.sela.org/celac/quienes-somos/antecedentes/grupo-de-rio/>

¹⁰ Mais informações ver: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>

neste período, as políticas tomadas na época são responsáveis por construir uma base de confiança na PEB para almejar tal papel.

Segundo Burges (2018), a transição política dos anos 80 e a consolidação econômica dos anos 90 permitiram que o Brasil desenvolvesse algumas capacidades e recursos que combinam com suas ambições políticas internacionais – de ser um poder global significativo.

(...) apesar da exaustão do modelo de industrialização baseado na substituição de importação, o êxito do crescimento econômico brasileiro a partir do modelo proporcionou a consolidação de setores desenvolvimentistas fortes e estáveis. (...) A gestão de Collor seguiu um processo de abertura da economia com vistas a um crescimento da produção articulado com os mercados externos como estímulo a renovação do parque produtivo e como garantia de uma inserção mais competitiva na economia internacional. (Saraiva, 2012, p. 84)

Com esses recursos, a PEB teve um direcionamento mais ativo nos foros multilaterais, caracterizados, segundo Saraiva (2012), como global player. Essa ambição da política internacional brasileira demandou uma diversificação dos instrumentos da PEB.

Desta maneira, para alcançar um papel mais relevante na América Latina, resta à PEB diversificar seus instrumentos de acordo com a região, sendo o fator identidade latino-americana um exemplo de diversificação capaz de aprimorar sua função na região. A identificação entre grupos é capaz de influenciar o grau de confiança entre eles, e em nosso caso entre nações.

Para compreender a importância da identificação nas relações entre nações, aproveitamos a análise feita por Villa (2006) sobre as relações bilaterais entre Brasil, Venezuela e Argentina, na qual ele investiga os “efeitos das ideias democráticas e da democratização como meio da PEB de criar confiança com os vizinhos sul-americanos”, os efeitos da identificação entre essas nações e a transformação dessas ideias em instrumento de uma política externa regional. No seu artigo “Política externa brasileira: capital social e discurso democrático na América do Sul”, Villa busca analisar os efeitos da geração de “movimentos cooperativos recíprocos e de imagens positivas do poder de vizinhos sul-americanos sobre a PEB”, ele os divide basicamente em cinco categorias:

- a. Identidades compartilhadas
- b. Auto-interesse ou interesses encapsulados

- c. Ideias compartilhadas
- d. Histórico de reciprocidade específica positiva e
- e. Institucionalização de normas de autogovernança, como confiança, transparência e monitoramento (Villa, 2006).

Os efeitos principais para nossa abordagem aqui são os de identidades e ideias compartilhadas, as quais são analisadas na relação Brasil-Venezuela, quando este percebeu sua relevância na Política Externa da Venezuela e a partir do discurso diplomático apresentou variáveis comuns como (a) o conceito de globalização assimétrica como correção ao conceito de globalização benéfica; (b) o reforço do núcleo central robusto da economia nacional como condicionante da interdependência global; (c) repúdio a qualquer presença militar norte-americana e a seus voos na Amazônia; (d) a decisão de não privatizar o setor petrolífero, no intuito de ampliar esta aproximação possibilitando uma identificação entre ambos os Estados.

No caso Brasil-Argentina esse efeito – identidade – possuiu, segundo o autor, um viés negativo em termos de capital social graças ao histórico “temor conspirativo sobre as intenções imperialistas brasileiras” (Villa, 2006, p. 75). “(...) Num ponto forçoso é reconhecer que a política externa de ontem e de hoje tem alguma coisa em comum: o temor de que a América espanhola, nossos vizinhos, consideram que as ações do Itamaraty tenham como objetivo afirmar a hegemonia do país no continente” (Ferreira, 2001, p. 39-40). Esta postura não inviabilizou, contudo, alguns pontos de cooperação entre os Estados, como em 1979 com o acordo fechado para a construção de Itaipu e a visita de Figueiredo, o primeiro presidente a visitar a Argentina desde 1935, com o objetivo de assinar o primeiro acordo de cooperação nuclear entre os dois países. O então presidente também visitou o Paraguai para devolver objetos históricos roubados na época da Guerra do Paraguai, além do mais importante ponto de cooperação: o apoio brasileiro à Argentina na Guerra das Malvinas com fornecimento de aviões em 1981.

Essas cooperações serviram de reforço para a melhora da imagem brasileira na região por meio da diplomacia de integração. Assim como sustenta Villa (2006), para nós a consolidação e o compartilhamento de identidades como instrumentos de política externa serviram como apoio na construção de confiança entre essas nações (Argentina, Brasil e Venezuela), gerando, assim, certos níveis de integração que influenciaram posteriormente outras dinâmicas cooperativas como o próprio MERCOSUL. Identidades estas compartilhadas ainda com outras nações latino-americanas, que podem ser melhor trabalhadas

pela diplomacia brasileira em busca de maior projeção internacional e destaque na América Latina.

Retomando a trajetória da PEB, com a ascensão de Lula à presidência em 2003, a corrente autonomista presente no interior do Itamaraty, segundo Saraiva (2012), se tornou a principal formuladora da PEB. Com isso, foi priorizada a projeção internacional mais autônoma e proativa do país, de maneira a criar espaços para maior atuação brasileira internacionalmente. Por exemplo, a meta de se reformar as Nações Unidas, mais especificamente o Conselho de Segurança, para garantir ao Brasil um assento permanente. Esse movimento fortaleceu a ideia de global player dentro da PEB, e o Brasil passou a adotar estratégias mais proativas nos foros internacionais como o G+20, o Fórum IBSA – voltado para debates sobre a ordem internacional– e o G7+Rússia. Assim como com a parceria estratégica União Europeia-Brasil, a qual via este como um ator capaz de contribuir e influenciar fortemente a estabilidade na região. Esta parceria propunha que um aprofundamento da integração regional, por meio da identificação da compatibilidade de valores, vantagens conjuntas e da relativa identidade comum, poderia trazer maior estabilidade para a região.

Com isso, Saraiva afirma que um novo ordenamento da região sob os cuidados do Brasil passou a ser uma prioridade da PEB, e a aproximação com os vizinhos se tornou o melhor caminho para a ampliação da inserção internacional brasileira e para a realização de seu potencial com a formação de um bloco capaz de exercer maior influência internacional. A exemplo, a assinatura da UNASUL em 2008, uma organização que tem a finalidade de construir um espaço para o diálogo e consenso entre 12 nações da América do Sul, com foco em temas sociais, culturais, econômicos e políticos¹¹.

Este novo posicionamento brasileiro também trouxe novidades para a sociedade civil, especialmente para a mídia que, graças ao seu maior envolvimento, induziu a opinião pública, segundo Saraiva (2012), a acompanhar mais de perto esse comportamento brasileiro – um dos motivos que nos levou a estudar o survey *Las Américas y el mundo*.

No período do governo Dilma, um dos maiores temas em relação à política externa brasileira foi o grau de relevância dado a este campo. Assim como Saraiva (2012), Bastos e Hiratika (2017) viam uma capitalização interna da projeção internacional do país. Ou seja, viam este objetivo, a projeção internacional, sendo reforçado no plano doméstico. Tanto que, a partir dos anos 2000, a PEB teve “forte participação nos debates na sociedade civil,

¹¹ Mais informações: <http://isags-unasur.org/quem-somos/unasul/>

especificamente na mídia” (Saraiva, 2012, p. 124), o que resultou num maior interesse por parte da opinião pública e de determinados setores da sociedade.

Nota-se que houve uma mudança em relação ao pragmatismo da PEB, mas assim como Bastos e Hiratuka (2017), acreditamos que esta mudança não está relacionada aos objetivos da PEB, mas no máximo ao contexto hostil doméstico e externo do período Dilma.

A PEB, durante o governo Dilma, procurou se concentrar na expansão do Mercosul e na consolidação da UNASUL, também manteve a política de integração regional independente dos EUA, colocou esforços para a ampliação do BRICS em 2011 e para a criação do Novo Banco do Desenvolvimento, reforçando a diplomacia Sul-Sul que teve início no governo Lula.

Essa revisão histórica referente à PEB foi recuperada com o objetivo de apresentarmos suas diretrizes e seus objetivos ao longo da história do Brasil, de maneira a mostrar como a nação se inseriu no contexto internacional e como vem trabalhando e se adaptando para ampliar e melhorar a sua projeção internacional. Os diferentes planos de desenvolvimento voltados para a nação em vários momentos foram similares aos planos de desenvolvimento da América Latina. Porém, ao longo deste processo podemos observar que as diretrizes da PEB raramente procuraram se identificar com as nações latino-americanas em benefício da região.

No decorrer do processo, observamos aproximações com a chamada América do Sul, mas a aproximação com a América Latina não é tão presente, apesar do conceito América Latina ser o mais utilizado em nossa história. Este fato ressalta a nossa hipótese de que a identidade latino-americana, captada através do survey, não é explicativa para os direcionamentos da PEB ao longo da história.

Para melhor compreender esta relação entre Brasil e América Latina, apresentamos no próximo capítulo parte da história da América Latina, um pouco sobre o contexto brasileiro inserido neste espaço, e destacamos a relação entre Brasil e Argentina, por terem em seu histórico de relações conflitos herdados da época colonial e traços que moldam, até hoje, as relações entre estas duas ex-colônias.

Tudo isso para analisarmos a integração brasileira na região e as relações com os países vizinhos, seja através de instituições ou por meio da formação de grupos de interesse, e percebermos de que maneira a nação buscou alcançar a terceira condição necessária para a liderança brasileira na América Latina: *a busca de integração e reconhecimento dos países vizinhos como parceiros.*

CAPÍTULO II - A América Latina

Para compreender a integração alçada pela PEB, através do reconhecimento dos países vizinhos como parceiros, analisamos antes de tudo a construção do espaço em que todas essas relações surgiram: a América Latina. O nome deste espaço, assim como aconteceu com muitas outras nações, teve origem externa à região e surgiu inicialmente nos estudos do diplomata francês Michel Chevalier (1806-1879), em *Lettres sur l’Amérique du Nord* (2 vol., Paris, 1836) no período de 1830. Este material foi recuperado duas décadas depois por Napoleão III, que intentava projetar o seu poder sobre os povos latinos. A expressão América Latina foi esquecida com a queda da monarquia no México, sendo resgatada apenas na virada do século XIX pelos EUA.

Alguns escritores e intelectuais hispano-americanos também utilizaram esta expressão. Bethell (2009) ressalta três deles: José Maria Torres Caicedo, jornalista colombiano (1830-1889); Francisco Bilbao, intelectual socialista chileno (1823-1865) e Justo Arosemena, jurista, sociólogo e diplomata colombo-panamenho (1817-1896). Para Bethell, todos eles e mais uma gama de autores argumentavam junto com Michel Chevalier que “a América Latina é fundamentalmente distinta dos Estados Unidos”, constituindo uma “outra América”.

Atualmente, essa área é formada, segundo Araújo, por cerca de 600 milhões de habitantes distribuídos por doze países da América do Sul, sete da América Central e quatorze do Caribe, e tem como idiomas principais o Português e o Espanhol, além do Francês, o Quíchua, o Aymará, várias línguas maias, o Crioulo haitiano, o Guaraní e outras línguas. É comum diversas interpretações da história da região serem realizadas a partir de um paralelo com outros povos, que acabam por interpretá-la sob aspectos negativos. “As conclusões que se tiram costumam degenerar em conceitos superficiais que obscurecem diferenças e desacordos básicos. Tampouco fazem justiça ao caráter *sui generis* do desenvolvimento da América Latina, o qual é interessante e significativo por si mesmo.” (Dozer, 1966, p. 2).

A América Latina, como afirma Dozer (1966), é uma região de grandezas: grandes distâncias, grandes montanhas, grandes rios, um grande passado e um grande futuro (...), em nenhum outro meio os esforços do homem parecem tão mesquinhos e fúteis quanto aqui. Na obra *América Latina: uma perspectiva histórica*, Donald Marquand Dozer classifica a região como um acervo de unidades com rica variedade de culturas nacionais e formas nacionais, onde as influências portuguesas e espanholas predominaram. Segundo este autor, para se conhecer a América Latina deve-se conhecer as civilizações ibéricas que colonizaram a região, mas não se limitar a elas.

Segundo Ianni (1993), a América Latina pode ser vista como um produto e ingrediente da história do pensamento latino-americano, o qual se organiza com base em interpretações sintetizadas em alguns conceitos principais, como: civilização e barbárie; Nossa América; questão nacional; instabilidade política crônica. Isto é, uma diversidade de conceitos e até mesmo pré-conceitos são associados à história da América Latina. Para além deles, há também o contexto histórico de formação de cada nação latino-americana, o qual mantém arraigado em seus territórios rastros do colonialismo, imperialismo, escravismo e ditaduras.

A pluralidade étnica, regional, cultural, sócio-econômica e política está desenhada no mapa de cada nação, com as suas singularidades. Mas também diz respeito ao conjunto da América Latina, compreendendo o continente e as ilhas (...). Cada país possui uma história, um jogo de forças sociais, uma combinação peculiar de formas de vida e trabalho, compreendendo raças, regiões, culturas, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas (Ianni, 1993, p. 44).

Uma preocupação recorrente na literatura sobre este espaço centra-se em compreender de que maneira a América Latina se organiza, e muitas vezes ela usa a Europa como modelo. Mas tentaremos escapar disso nesta pesquisa. “A história (...) dessa vasta faixa de terra coincide com a história das tentativas de apropriação (...) das riquezas materiais que o acompanham. Primeiro os ibéricos, depois os franceses, mais tarde os norte-americanos” (Farret & Pinto, 2011).

Antes de ser América Latina, foi Novo Mundo. Segundo a literatura de história da América Latina (Farret & Pinto, 2011) foi em 1507 que o geógrafo alemão Martin Waldseemüller se referiu pela primeira vez ao Novo Mundo como América, em uma homenagem a Américo Vespúcio. A elite colonial espanhola não aceitou este nome de maneira fácil e alguns hispano-americanos líderes de movimentos emancipatórios passaram a usar o termo hispano-américa.

Segundo esses autores, esta escolha não foi feita de maneira imprudente, mas sim pela necessidade de se construir uma identidade cultural dos países que inicialmente formavam a América espanhola e se encontravam sob constantes movimentos de agressão contra suas Independências, e precisavam se reforçar como livres diante da comunidade internacional.

Tais ameaças vinham das potências europeias e dos Estados Unidos. Segundo o historiador Aimer Granados Garcia, no século XIX os Estados Unidos estavam se transformando em potência regional e, ao criarem a Doutrina Monroe, deixaram evidente seus desejos imperialistas em relação às nações à sua volta. Foi uma maneira de demonstrar para as nações europeias que naquele continente não seria permitido nenhum avanço colonial. Com este avanço norte-americano se tornou necessária a definição e afirmação de uma identidade que enfrentasse a “ameaça” da América sobre a América.

Através da história da consolidação deste espaço podemos ver a constante pluralidade, mas apesar dela e das diversas nações dentro da América Latina, esses povos, por ainda serem induzidos pelos rastros colonialistas e imperialistas, possuem semelhanças que podem ser transformadas em um instrumento de política externa do Brasil.

Segundo Guimarães (2006), as principais características das nações latino-americanas podem ser encontradas nas profundas desigualdades domésticas de nível de renda, da capacitação de mão-de-obra e de escassez de capital. Assim como a baixa participação da maioria da população no sistema político, a superficialidade da cultura democrática em suas elites políticas, o crescimento econômico insuficiente e os recorrentes ajustes econômicos impostos pelo FMI.

Tal como o Brasil, as nações da América Latina precisam encontrar soluções coletivas para o desenvolvimento da região, como uma política de desconcentração de poder capaz de reduzir gradualmente as disparidades sociais em cada país da região, e para a transformação dos sistemas democráticos formais em democracias efetivas, reduzindo a fragilidade destas instituições e ampliando a participação popular nos processos políticos.

Ao analisar esta região, Celso Furtado ressaltou a necessidade de se retomar e renovar a má-formação estrutural, resultante de longos processos de acúmulo de atraso, travamentos estruturais ocorridos ao longo da história do capitalismo mundial, tendo como base o pensamento crítico, histórico e estrutural latino-americano a partir da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

A CEPAL foi fundada em 1948, após decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, seguida de uma série de denúncias por parte de nações latino-americanas por se sentirem excluídas do Plano Marshall e da dificuldade de acesso aos dólares que capacitariam o aperfeiçoamento dos aparelhos produtivos da região. Ela se desenvolveu como um centro intelectual especializado na análise das tendências econômicas e sociais da região, assim como da forma com que tanto as instituições quanto as estruturas de produção, herdadas de maneira exógena a região, afetavam o desenvolvimento e o comportamento das nações latino-

americanas. De modo que acabou por se transformar numa das principais fontes de informação e reflexão sobre a realidade latino-americana.

Um aspecto histórico fundamental, reconhecido por autores como Celso Furtado e Ricardo Bielschowsky, é que a CEPAL reforça a ideia de que a América Latina deve ser reconhecida como um corpo analítico específico, aplicado a condições históricas próprias. Sendo assim, as medidas a serem tomadas em prol do desenvolvimento da região devem seguir as mesmas premissas:

(...) as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam – mais do que determinam – comportamentos específicos, de trajetória desconhecida a priori. Por esse motivo, merecem e exigem estudos e análises nos quais a teoria econômica, com o selo da universidade, só pode ser empregada com reservas, para ficar apta a incorporar essas especificidades históricas e regionais (Bielschowsky, 1998).

A história do pensamento desta comissão se divide em cinco etapas, concomitantes com partes dos momentos históricos da região: (1) sua origem e os anos 50, com foco no processo de industrialização; (2) os anos 60 e as reformas para se desobstruir a industrialização; (3) os anos 70, período de reorientação das formas de desenvolvimento na região; (4) os anos 80 e o enfrentamento das dívidas externas e, por último, (5) a partir dos anos 90, a transformação produtiva com equidade.

Um dos principais feitos desta escola, já no período dos anos 50, foi ressaltar que dentro da estrutura mundial centro-periferia o papel da América Latina, vista como periferia, era o de produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com demanda interna com rápida expansão e alta assimilação aos padrões de consumo e tecnologia adequados para o centro, porém inadequados à disponibilidade de recursos e ao nível de renda da periferia. Em outras palavras, a América Latina não conseguia se desenvolver a ponto de se beneficiar do sistema de produção capitalista.

Consequentemente compreendeu-se que a estrutura periférica socioeconômica interna necessitava de um modo singular de industrializar, posto que

(...) as economias periféricas possuem uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, (...) diferentemente dos países centrais (...) era preciso identificar os desdobramentos históricos singulares da especificidade de suas experiências, nos quais cabia esperar-se sequências e resultados distintos dos que se deram no desenvolvimento cêntrico (Bielschowsky, 1998, p. 55).

Esta disparidade fez com que diversas vezes a Cepal se preocupasse com o desequilíbrio externo, levando-a a destacar sempre que possível a importância das exportações para a região. Deste modo, ela teve um papel fundamental na construção de duas instituições promissoras, 1) a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), com o intuito de diversificar o processo de exportações. Criada após esforços de Prebisch para a consolidação de um mercado comum latino-americano e que posteriormente, em 1980, foi substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) para dar continuidade ao processo de integração iniciado pela primeira. E 2) a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), que surgiu a partir da necessidade de diminuir a vulnerabilidade cíclica dos países periféricos através de mecanismos de intervenção internacional.

Desde a sua criação, a Cepal procurou influenciar os tomadores de decisão. A ideia não era ser vista como uma escola acadêmica, por isso ela passou a produzir trabalhos *policy-oriented*, voltados para este público, e é a partir desta ideia e com a cooperação de economistas como Jorge Ahumada, Pedro Vuscovic e, o principal, Raúl Prebisch, que foi criado o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, o qual teve forte influência na formação dos quadros técnicos governamentais na América Latina (na tecnoburocracia).

Raúl Prebisch foi um economista argentino, suas ideias revolucionaram a noção de desenvolvimento voltado para a América Latina, em sua trajetória passou pelo Banco Central da Argentina, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Comércio (UNCTAD). Suas principais ideias, segundo Couto (2007), podem ser divididas em cinco etapas brevemente resumidas em:

- 1) Período de 1943-1949: sai da Direção Geral do Banco Central da Argentina, foca no conceito ciclo econômico, o qual manifestava-se em um movimento alternado de rendas que se contraem e dilatam num processo circulatório, numa sucessão de

desequilíbrios. “Tinha para si a necessidade da América Latina começar a pensar com suas próprias ideias” (COUTO, p. 49, 2007).

- 2) Período de 1949-1950: entra para a CEPAL, em que passa a direcionar-se sob a ótica da ideia de desenvolvimento econômico; momento em que concretiza a chamada “gênese do pensamento da CEPAL (...), do sistema de relações econômicas internacionais denominado Centro Periferia” (COUTO, p. 50, 2007). Passa a acrescentar um novo fator aos desequilíbrios trabalhados na etapa anterior, a elasticidade-renda da demanda. Momento também que o influenciou a incentivar a construção de um mercado comum latino-americano, futuramente a CEPAL.
- 3) Período de 1950-1963: passa para a Secretaria Geral da UNCTAD, além de utilizar seu conhecimento da área econômica passa a agregar ideias da sociologia, tais como a noção de estrutura social. Nesta etapa, Couto ressalta que Prebisch passa a trabalhar com o conceito de insuficiência dinâmica: “era a incapacidade do sistema de absorver o crescimento da população ativa e a desocupação provocada pelo progresso técnico” (COUTO, p. 54, 2007).
- 4) Período de 1963-1969: passou pela UNCTAD e começou a se orientar em direção aos problemas da cooperação internacional. “Trata de formular uma nova política comercial em prol do desenvolvimento econômico, que visava evitar o seu estrangulamento externo. O propósito era corrigir o déficit virtual do comércio (...)” (COUTO, p. 55, 2007). Aqui Prebisch inicia a formulação da sua Teoria da Transformação, melhor elaborada em sua quinta etapa.
- 5) Período de 1976-1986: esteve no cargo de Diretor-Geral da UNCTAD. Em seus escritos é possível, segundo Couto, perceber seu convencimento da impossibilidade de se alcançar dentro do sistema vigente esses objetivos de desenvolvimento discutidos anteriormente. Ele passa a incorporar em suas ideias a noção de relações de poder que emergiram da estrutura da sociedade em relação à distribuição da renda.

Retornando a Bielschowsky, a partir da década de 60, a maioria dos países teve um crescimento em meio a uma instabilidade macroeconômica, uma urbanização que podia ser traduzida em empobrecimento crescente da população e favelização das cidades, resultantes da incapacidade de absorção da força trabalhadora vinda da zona rural. Com a consolidação da democracia, a insatisfação se traduziu em pressões sociais que, por consequência, resultaram numa crescente polarização política e ideológica.

Aqui é necessário ressaltar o papel da Cepal de mobilizar intelectuais para debaterem três pontos que moldavam a divisão político-ideológica da época: (1) a interpretação de que a industrialização havia seguido um caminho que não incorporava a maioria da população nos frutos do progresso; (2) a interpretação de que a industrialização não eliminou a vulnerabilidade externa, apenas alterou sua natureza e (3) que ambos os processos dificultavam concomitantemente o desenvolvimento da América Latina.

Disto, viu-se a necessidade de se compreender a especificidade histórica com que essas nações foram inseridas no mercado mundial e de que forma os grupos sociais internos responsáveis pela definição das relações específicas do subdesenvolvimento, as elites, foram constituídos.

Com os anos 70, a América Latina teve que se preocupar em como lidar com a crise do petróleo e a recessão mundial. De acordo com Bielschowsky, apesar de terem “escolhido” o endividamento, países como Brasil e México optaram por diversificar suas exportações com forte participação estatal; já países como Argentina, Chile e Uruguai abriram completamente seu comércio exterior.

Os anos 80 surgiram como um período para o ajuste com crescimento. As nações latino-americanas, tentando enfrentar a elevação das taxas de juros internacionais, seguiram o receituário do Consenso de Washington defendido pelo Fundo Monetário Internacional com o argumento de que, em dois anos, a região estaria de volta ao crescimento, superando suas dificuldades. Esta época ficou conhecida posteriormente como “a década perdida”.

A partir dos anos 90, a Cepal aproveitou o momento histórico na América Latina e propôs uma transformação produtiva com equidade para se posicionar perante o processo de reformas, em que a indústria permaneceu como eixo da transformação produtiva, mas com articulações voltadas para a atividade primária e de serviços, dando relevância a um ambiente macroeconômico saudável, ainda um desafio para a região e a Cepal.

Já nos anos 2000, a dinâmica econômica da América Latina, segundo Eduardo Costa Pinto e Marcos Antônio Macedo Cintra (2018), foi marcada pela expansão das atividades baseadas em recursos naturais, o que ressuscitou o amplo debate a respeito das estratégias de desenvolvimento da região. Seria este alcançado por meio da especialização produtiva das poucas atividades em que as nações latino-americanas possuem vantagens? Ou seria através da diversificação desta estrutura? Qual é o caminho para a América Latina? Para os autores fica evidente que a integração produtiva em termos mundiais transformou de maneira significativa o comércio internacional ao fatiar o processo produtivo industrial, dificultando as

possibilidades de um país deter todos os elos da cadeia produtiva industrial, tornando-a, assim, integrada globalmente.

Para estes autores, o que deve ser destacado no debate não é a capacidade dessas formas de gerar desenvolvimento, mas sim a capacidade de dinamizarem as economias dos países latino-americanos a ponto de possibilitarem a ampliação de emprego, renda e progresso técnico.

Mas isso não foi visto nas nações latino-americanas, onde houve especialização produtiva baseada em recursos naturais sem o desenvolvimento da capacidade tecnológica interna, desta forma ampliou-se a dependência das variações externas, resultando em vulnerabilidades de todo o tipo.

Para melhor compreender tais estruturas, em que as nações se especializaram como solução adaptada à realidade latino-americana de desenvolvimento, buscamos uma das áreas em que a região aparenta ter convergência quanto ao seu desenvolvimento, que é o seu potencial natural e seus recursos naturais¹².

Mas antes de entendermos como essas semelhanças podem ser usadas pela PEB, é preciso compreender como foi construída a relação do Brasil com a própria região. Na segunda seção deste capítulo fazemos uma breve análise da relação entre o Brasil e a América Latina, a partir das formas de integração.

¹² Recentemente, coordenei junto ao Prof. Dr. Umberto Mignozzetti uma equipe de pesquisa, financiada pela Konrad Adenauer, cujo objetivo era compreender o futuro das energias renováveis na América Latina, e os resultados demonstraram uma preferência por maior integração, uma espécie de governança policêntrica para encontrar a melhor solução para este tema. Foi aplicado um questionário com cerca de 25 perguntas a uma amostra da elite de 10 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru), com intuito de entender de que maneira essas elites compreendiam o futuro das energias renováveis na região. O tema da pesquisa, meio ambiente, mudanças climáticas e energias renováveis, coincidentemente me auxiliou a compreender mais um fator capaz de induzir uma maior integração entre os países da América Latina, já que estes identificam a capacidade energética da região para uma possível mudança de matriz energética mundial, o que pode ser instrumentalizado em benefício do desenvolvimento da América Latina. Essas elites ainda ressaltaram a importância da participação da sociedade civil em temas internacionais capazes de moldar parte da ordem doméstica de cada país.

- Brasil e América Latina

De acordo com Bethell (2009), ainda no período do segundo reinado no Brasil, a relação com os vizinhos era limitada a interesses estratégicos na região do Rio da Prata, palco de três guerras. Por ter parte de suas “costas” voltadas para o Atlântico e fortes ligações políticas, econômicas e culturais com a Grã-Bretanha, a França e Portugal, o Brasil não via os Estados Unidos como uma ameaça. Com a proclamação da República, o Brasil passou a ter relações mais próximas com os vizinhos, mas ao mesmo tempo desenvolveu uma aproximação ainda maior com os Estados Unidos em defesa do pan-americanismo.

Nos governos da Primeira República (1889-1930), o interesse pelas nações latino-americanas ainda era mínimo, com exceção dos momentos de disputas fronteiriças. Para o governo brasileiro da época, os Estados Unidos e Brasil representavam os dois gigantes no hemisfério ocidental, apesar de proporções desiguais em termos econômicos. Mas era de interesse da PEB fortalecer os laços entre as duas nações, afinal “*era inevitável que a hegemonia global norte-americana substituísse a britânica e europeia*” (Bethell, 2009, p. 297).

Foi sob a direção do Barão de Rio Branco, ministro das Relações Exteriores (1902-1912), e Joaquim Nabuco, primeiro embaixador brasileiro em Washington (1905-1910), que a PEB tomou este rumo. Naquele período, os EUA eram vistos pelo Brasil como a melhor defesa contra o imperialismo europeu e o melhor apoio para sua projeção internacional para além do hemisfério.

No ensaio “Brasil e a ideia de América Latina em perspectiva histórica”, Bethell (2009) toca num dos pontos já mencionados: “*Quando o Brasil se tornou parte da América Latina?*” Segundo o autor, foi em torno dos anos 20 e 30 que intelectuais e alguns governos da América Espanhola passaram a incluir o Brasil em seu conceito de América Latina. Antes disso houve ocasiões em que as nações hispano-americanas realizaram reuniões e congressos internacionais, como o Congresso do Panamá em 1826 ou as inúmeras tentativas de se criar uma confederação americana, em que os convites, quando se estendiam ao Brasil eram não-oficiais, ambivalentes, mornos e não aceitos pela nação brasileira.

A partir da abolição da escravatura em 1888 e com o fim do Império no Brasil em 1889, alguns desses intelectuais passaram a apontar as similaridades entre o Brasil e a América Espanhola. Termos como “Ibero américa” passaram a ser mais utilizados, mas isto não significou grandes mudanças, principalmente nas atitudes de políticos e intelectuais hispano-americanos.

Já os intelectuais brasileiros deste período estavam mais focados na própria formação da identidade nacional, se atendo a conceitos como Brasil, miscigenação, raízes etc. O Itamaraty até chegou a criar e financiar entre 1909 e 1919 a Revista Americana, com a intenção de ampliar este intercâmbio político e cultural entre Brasil, América Espanhola e EUA, mas boa parte dos artigos era escritos por brasileiros divididos entre a ideia de aproximação entre Brasil e EUA, as críticas à PEB e a abordagem do pan-americanismo.

Durante a década de 90, os países da região passaram por experiências semelhantes, não idênticas, tanto na esfera militar quanto política e econômica. Por exemplo, no âmbito econômico alguns países da região tiveram que adotar determinados programas econômicos liberais que multiplicavam as cláusulas condicionantes ao acesso às negociações de financiamento por parte do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, isso agravou as deficiências na infraestrutura física e social dessas nações, com aumento de desemprego, maior concentração de renda e riqueza, gerando crises que permitiram cada vez mais influência do FMI nas políticas internas da região.

Em termos políticos, segundo Guimarães (2006), houve um processo de consolidação precária de regimes democráticos representativos, concomitante a um enfraquecimento do Estado em termos de funções sociais, acompanhada de privatizações por parte de grandes interesses econômicos e de altos níveis de corrupção. Guimarães (2006) ainda cita como exemplo os governos de Carlos Andrés Perez (Venezuela), Fernando Collor (Brasil), Alberto Fujimori (Peru), Carlos Menem (Argentina).

Para que o Brasil e a América Latina possam defender de maneira efetiva seus interesses de longo prazo, como o desenvolvimento em benefício da região, é preciso trabalhar de maneira consistente para que a América Latina seja um polo/bloco importante e não uma sub-região ou apenas outra forma de leitura de região. É preciso diversificar os campos de ação, as formas que permitem uma aproximação e a identificação entre as nações.

Até então, a “partilha do problema da dívida externa com os vizinhos sul-americanos foi uma das áreas nas quais a aproximação com o continente se fez sentir” (Saraiva, 2012, p. 61). Portanto, a complexidade da região em relação a sua formação e seu histórico de exploração pode ser explorada a seu favor. A seguir, exploramos a relação entre Brasil e Argentina para exemplificar como a identificação de objetivos comuns e de identidade pode beneficiar as relações regionais.

- Brasil e Argentina

Ao falarmos de Brasil e América Latina, é preciso falar do histórico das relações entre o Brasil e a Argentina, duas nações tão próximas geograficamente, mas com uma relação política e econômica sensível.

Apesar de um histórico de rivalidade e cooperação, segundo Miriam Gomes Saraiva (2012), foi a partir da formação destes dois estados em torno do século XIX que a Argentina passou a ocupar um local de destaque dentro da PEB, já que graças às heranças das disputas entre os dois impérios coloniais ela foi identificada, pelos pensadores e formuladores da PEB do período, como um estado com o qual o Brasil disputava territórios. Segundo a autora, de 1822 a 1978, as percepções brasileiras a respeito da Argentina foram complexas.

A anexação de parte do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, no final da década de 1770, foi um fator fundamental na identificação da Argentina como um rival para o Brasil. A Argentina compreendeu esse movimento de anexação como um comportamento expansionista, característico do Império Português. Como resposta, Buenos Aires anexou a Província da Cisplatina em 1825, o que consequentemente levou os dois países a declararem guerra. Com o tempo, ambas as nações se desgastaram e decidiram levar o assunto para ser mediado pela Inglaterra. Desta maneira, ambos tiveram que garantir a independência do Uruguai e a livre navegação do Rio da Prata, sendo que esta era a preocupação principal do Brasil.

Com isso, a visão brasileira consolidada a respeito da Argentina foi a de rivalidade, e em torno de 1840 uma aliança entre Juan Manuel Rosas e Manuel Oribe influenciou o rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Argentina. Esta última nação, em 1851 iniciou uma intervenção armada na região com apoio dos opositores de Rosas e Oribe, o que os levou a derrocada em 1851 e 1852. Nos anos seguintes, segundo Saraiva (2012), o governo brasileiro manteve a neutralidade em relação à instabilidade interna na Argentina (Buenos Aires e a Confederação Argentina).

Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), a chamada cordialidade oficial surgiu entre as duas nações. Em primeiro lugar através de uma aliança, o Tratado da Tríplice Aliança, assinado entre Brasil, Argentina e Uruguai, que consolidou o exército dos dois primeiros países.

No início do século XX, as relações entre os dois países foram marcadas pela chamada cordialidade oficial, caracterizada, segundo Spektor (2002), pela tolerância perante o elevado perfil da diplomacia argentina ao lidar com as questões da região; pela busca de áreas de

cooperação com vistas a diluir os desentendimentos; pela inclusão da Argentina em iniciativas internacionais do Brasil e pela promoção das relações da Argentina com o EUA.

No período do Barão de Rio Branco, apesar dele desconfiar da Argentina, a diplomacia brasileira procurou adotar duas atitudes políticas em relação à nação vizinha. Segundo Saraiva (2012), uma consistiu em operações militares para acompanhar o desenvolvimento das forças armadas argentinas e a outra consistiu na construção de pactos como o ABC em 1904, entre Argentina, Brasil e Chile, o qual definia as boas relações Brasil-Argentina como base na estabilidade regional. O governo argentino, contudo, rejeitou a proposta. Porém, em 1915, foi assinado o Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais entre Brasil, Argentina e Chile, que posteriormente foi chamado de Pacto ABC.

Com a Primeira Guerra Mundial, as duas nações se afastaram em decorrência do posicionamento desigual, o Brasil se posicionou enquanto a Argentina preferiu manter-se neutra. No início dos anos 30, a região lidou com duas guerras, a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai (1932-1935), e a guerra entre Peru e Colômbia (1933-1934). Nestes conflitos a participação do Brasil e da Argentina se resumiu a mediadores em favor do entendimento das nações envolvidas, e em torno de 1933 Argentina, Brasil, México, Uruguai e Paraguai assinaram um Tratado Antibélico de não-agressão e de conciliação. Infelizmente, com a Segunda Guerra Mundial, a cordialidade entre Brasil e Argentina se desfez, segundo Saraiva (2012).

Por volta da metade dos anos 50, segundo Spektor (2002), houve um retorno a esta cordialidade em função da compatibilidade em relação ao desenvolvimentismo e à noção da divisão internacional do trabalho classificando as nações entre centro e periferia, debate este recorrente e que já vinha ocorrendo no interior da CEPAL.

Neste mesmo período, a CEPAL também já vinha conduzindo um debate a respeito de um mercado e do sistema de pagamentos comuns para a região. A partir disso, por volta de 1960 foi criada a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), com a intenção de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, formando assim uma área de livre comércio. A estratégia inicial era suprimir gradualmente as barreiras ao comércio entre os estados membros e isso foi apresentado para o Brasil como uma oportunidade de expansão para suas exportações, desde que as empresas brasileiras fossem competitivas o suficiente.

Mesmo com a rivalidade, foram se impondo padrões de cordialidade capazes de internalizar normas de comportamento que duraram até a metade do século XX, evitando que dessa rivalidade surgisse uma inimidade capaz de resultar em violência. Neste período, anos

70, segundo Mallea & Spektor (2012), não era imaginada a possibilidade de uma comunidade de segurança entre ambas as nações, já que a doutrina de segurança de cada país identificava o outro como ameaças potenciais. Ainda mais com o episódio de disputa da usina de Itaipu, construída no Rio Paraná que ficava a poucos quilômetros da fronteira Argentina.

Após a segunda guerra, e ao final dos anos 70, esse paradigma de cordialidade deu lugar a momentos de maior cooperação, como em Uruguiana quando os dois presidentes em exercício assinaram um Convênio de Amizade e Consulta, a Declaração Econômica e a Declaração sobre Intercâmbio Cultural, por meio das quais as duas nações concordaram em coordenar uma política em organismos multilaterais, com a retirada das tropas das fronteiras e o mútuo apoio à ALALC, porém o congresso argentino não referendou nenhum destes tratados.

Ao final da década de 70, a “cultura da amizade”, para retomar a nomenclatura de Russel e Tokatlian (2003), foi incorporada nas relações entre as duas nações, o que deu lugar a um processo de integração, que posteriormente auxiliou na formação do Mercosul, baseado numa união aduaneira com baixa integração política. De acordo com Saraiva (2012), um fator importante para essa conciliação foi o aumento da complementaridade econômica entre os dois países:

A Argentina passou a ser um mercado importante para os manufaturados brasileiros, em um momento em que o aumento das exportações que resultou na reversão do déficit da balança comercial brasileira foi uma medida necessária para dar conta do pagamento dos serviços da dívida externa (Saraiva, 2012, p. 63).

Mallea & Spektor (2012) ressaltam que, a partir da década de 1980, os dois governos passaram a impor limites em seus programas nucleares e foram criados mecanismos formais para a geração de confiança, tais como as inspeções cruzadas e o processo de coordenação das políticas nacionais de não-proliferação. Os autores destacam que este processo de geração de confiança teve início antes da redemocratização. A aproximação também ocorreu com outras nações latino-americanas que do mesmo modo se encontravam sob governos não democráticos. Outro fator frisado pelos autores devido à participação relevante na cooperação entre ambos os países acerca do tema nuclear são os respectivos presidentes, Alfonsín e Sarney.

Este período não foi apenas de calmarias, “entre 1967 e 1979, Brasil e Argentina estiveram envolvidos em uma imensa batalha jurídica e diplomática sobre o uso de águas

internacionais da Bacia do Prata, (...) a respeito da construção da usina de Itaipu” (Mallea & Spektor, 2012). Resolvida, segundo os registros, a decisão pessoal o general João Baptista Figueiredo, responsável pela assinatura em 1890 do primeiro acordo de cooperação nuclear entre as duas nações.

No final dos anos 80, Argentina e Brasil enfrentaram temas comuns em suas respectivas políticas externas, dentre eles a criação da Zona de Paz no Atlântico Sul, o projeto nuclear e as negociações do GATT e da UNCTAD. Em 1985, assinaram a Declaração de Iguaçu, que fazia referência à vontade política de ambas as nações de acelerar o processo de integração, cooperação industrial e defesa do pluralismo democrático. Um dos momentos mais importantes desta relação foi quando o Brasil fez o papel de representante dos interesses argentinos junto ao governo britânico, sobre a questão das Malvinas.

Assim, a relação com a Argentina é vista como estratégica para a diplomacia brasileira, e desde a assinatura do Tratado de Assunção em 1991 e a criação do MERCOSUL, a agenda de integração entre estas nações passou a atuar de maneira proativa conforme Saraiva (2012). O MERCOSUL funciona como um bloco comercial, o que reforçou os laços econômicos dos dois países.

Em meados dos anos 90, segundo Pinheiro (2006), a Argentina e o Brasil compartilhavam o objetivo de se apresentar ao mundo como países não mais subdesenvolvidos e inimigos, mas sim como nações dispostas a reconhecerem e aprenderem a partir dos erros do passado. Ambas se alinharam aos planos de estabilização econômica, cooperando com a sua implantação, e deram ênfase aos temas globais tidos como mais relevantes para o período pelos EUA, como proteção ao meio ambiente, combate aos terrorismos, luta contra o narcotráfico e a promoção da democracia.

Nos anos 2000, segundo Saraiva (2012), houve um descolamento por parte da PEB do projeto MERCOSUL, o que causou um mal-estar na chancelaria argentina, esta, por sua vez, viu na autonomia brasileira o ressurgimento de antigos sentimentos de rivalidade, já que a projeção internacional brasileira não se traduzia em ganhos para a Argentina ou o bloco.

Apresentamos neste capítulo alguns dos principais momentos da história da América Latina, da construção deste espaço, das formas de exploração que influenciaram o (sub)desenvolvimento das sociedades latino-americanas, bem como abordamos as relações do Brasil com este espaço, as políticas voltadas para a região e mais especificamente a complexa relação entre Brasil e Argentina, por representarem tão bem a complexidade do desenvolvimento da região.

Tudo isso objetivando compreender de que maneira o Brasil buscou *se integrar e reconhecer os países vizinhos como parceiros*, a terceira condição tomada aqui como necessária para se construir um papel de destaque na região. Conforme vimos nos dois capítulos anteriores, nos momentos em que o Brasil procura atuar como um global player, a falta de maior apoio por parte das nações vizinhas é notada. Em nossa hipótese inicial, consideramos que o fator identidade apreendido do survey e explicado no próximo capítulo é explicativo para a PEB voltada para uma liderança na América Latina, porém é possível verificar através das formas de projeção internacional “escolhida” pela PEB que este fator não é explicativo para o seu direcionamento.

A valorização dos países vizinhos na América Latina como parceiros estratégicos não foi uma prioridade, exceto em momentos em que outros parceiros mais “tradicionais” não correspondiam às expectativas brasileiras. Conforme veremos no próximo capítulo, a identidade latino-americana, apesar de não ser explicativa para a PEB, é uma possibilidade de instrumento para se alcançar este papel de destaque e liderança.

De acordo com Pinheiro (2006), podemos afirmar que

(...) A política interna e externa do Brasil deve ter como objetivo fundamental a construção do espaço latino americano, sem uma pretensão hegemônica, com base na generosidade decorrente das extraordinárias assimetrias entre o Brasil e cada um de seus vizinhos e na prática consistente da parceria política e econômica.

Ao tomarmos a identidade latino-americana tal qual Freyre a compreende, como uma interamericanidade, uma soma das diversidades sem homegenização, podemos ter um instrumento para a PEB ser capaz de alcançar um papel de destaque e liderança na América Latina.

A seguir, apresentamos uma análise do fator identidade e do seu papel na consolidação de nações e sociedades. Saraiva (2012) afirma que para uma parceria estratégica ser completa é necessário um maior comprometimento por parte da sociedade com todo o processo. Trazemos, assim, um survey aplicado em 2014 com a opinião pública não apenas como uma ferramenta de debate, mas também para compreender de que maneira e com o que a sociedade brasileira, deste período, está comprometida em termos de política externa. E assim esperamos poder propor se e como a identidade latino-americana pode ser instrumentalizada a favor de uma liderança brasileira na América Latina.

CAPÍTULO III - Análise do survey

Este capítulo foi dividido em duas seções, a primeira apresenta o conceito de identidade a partir da sua inserção no debate sobre a formulação de política externa e de suas vantagens e desvantagens quando falamos da relação entre nações, líderes e seguidores dentro do contexto internacional.

Já a segunda seção aborda o survey *Las Américas y el mundo* a partir de duas análises dos dados, uma primeira feita por Onuki, Mourón e Urdinez (2016), que está interessada em verificar se os latino-americanos compartilham uma identidade regional comum e se veem o Brasil como um líder regional, e uma segunda que foi feita por nós e se debruçou sobre a amostra dos respondentes que se identificam como latino-americanos, no intuito de analisar os valores e interesses por eles defendidos e de traçar um perfil desses respondentes.

Em um contexto em que os regimes democráticos, que nem sempre possuem o mesmo padrão em Política Externa, se multiplicaram pelo mundo, a opinião do público interno passou a fazer parte das indagações dos estudiosos de política externa preocupados em discernir as forças que influenciam a definição de ações externas que os governos adotam.

Com a divulgação na mídia de diversos temas internacionais e debates públicos sobre a política externa brasileira, a configuração e a percepção do público se alteraram criando um processo de “politização da política externa observado nos últimos 20 anos”, em que atores não-estatais e outras agências burocráticas passaram a se interessar de maneira mais ativa pelo processo de formulação da Política Externa (Milani & Pinheiro, 2012).

Assim, tanto a ampliação da agenda de comércio exterior do país quanto a internacionalização de empresas brasileiras foram fatores de destaque para o aumento do interesse doméstico por questões internacionais, o que justifica a maior relevância dada ao debate nacional e à disputa por interesses internos. Esses tópicos da política externa, que até então estavam distantes da realidade dos cidadãos, passaram a fazer parte de debates e pleitos eleitorais à medida que deliberações tomadas em outras arenas passaram a impactar de forma mais direta a vida nacional, como os desdobramentos do MERCOSUL e da ALCA no caso do Brasil (Milani & Pinheiro, 2012).

O projeto “Brasil, as Américas e o mundo” (FAPESP 13/04495-4) faz parte de uma parceria acadêmica internacional que inclui equipes de pesquisa de vários países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México e Peru. A

coordenação principal do projeto central chamado Las Américas y el Mundo se concentra no Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), localizado no México.

Este projeto busca compreender as percepções e atitudes do público a respeito de temas internacionais que ganharam maior destaque no século 21, e também busca captar a reação da sociedade às mudanças internacionais e seus impactos domésticos. O estudo tem a intenção de cobrir uma série de temas (culturais, econômicos, sociais, políticos, de segurança) e níveis (bilateral, regional e global) referentes às relações internacionais e à política externa.

Parte do objetivo do LAYEM é contribuir com a geração de informação e conhecimento, almejando soluções para os problemas globais que afetam de maneira direta a sociedade, como a economia, o desenvolvimento e a inserção internacional da América Latina, objetivo este desejado há muito tempo pelos atores envolvidos. Em média 18 países atuam em conjunto neste projeto, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, com o apoio acadêmico de pesquisadores e uma estrutura que permitem uma rica troca de conhecimentos.

Além dessa colaboração latino-americana, alguns centros de estudos dos Estados Unidos e Espanha também participam, este último com a ambição de realizar experimentos espelho no espaço ibero-americano.

O modelo original deste projeto, isto é, o modelo mexicano, foi organizado sob o formato de uma rede descentralizada de equipes nacionais com metodologia e identidade comum (um projeto vinculado a instituições acadêmicas de prestígio e com interesses e linhas de estudo/investigação compatíveis).

A coordenação do projeto possui uma base no CIDE, onde o grupo principal define os padrões metodológicos, se haverá experimentos ou não; quais são as perguntas compartilhadas, perguntas que devem ser iguais em todos os questionários independentemente do país; o tema central de cada edição; o conteúdo do relatório compartilhado, assim como a estratégia de divulgação do mesmo.

Já as equipes nacionais precisam estar dentro do perfil estipulado por essa coordenação principal, compostas por acadêmicos especialistas em relações internacionais, política externa e política comparada, e por entrevistadores e especialistas em estudos de opinião pública.

Outras questões como tamanho, composição e administração do seu capítulo, o fundo de financiamento, a composição da variável dentro do questionário (ou seja, caso haja experimentos, a maneira pela qual ele será desenhado e aplicado) e a elaboração do relatório

nacional ficam a cargo de cada equipe nacional. Para garantir um nível de qualidade e de rigor científico da pesquisa, há ainda um Conselho Internacional composto por outros pesquisadores da Espanha, México e Estados Unidos.

Por se tratar de um projeto desenhado para a difusão de informação, conta com o apoio de instituições como a Universidade de Salamanca (Espanha), o Woodrow Wilson Center for International Scholars (EUA), o Consejo Mexicano de Asuntos Internacionales (México) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

Os relatórios de cada país, assim como informações adicionais, podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.lasamericasyelmundo.cide.edu/>.

Nesta pesquisa analisamos um conjunto de informações que permite compreender as atitudes e as crenças dos cidadãos que se identificaram como *latino-americanos*, verificando quais outras variáveis são fortemente significativas na percepção da construção de liderança regional brasileira, assim como suas contradições.

Buscamos identificar nesta análise não apenas o grau de apoio e convergência da opinião pública a uma liderança (brasileira) na América Latina, e os aspectos significativos na construção de liderança a partir do fator identidade, neste caso latino-americana, mas também as formas de inserções e valores que se associam a este grupo.

A viabilidade do projeto é reforçada ao tomar o *survey* LAYEM, aplicado no Brasil em dois momentos, 2010 e 2014. Período em que o Brasil apresentou um papel regional e mundial mais significativo, o que levou acadêmicos e jornalistas a afirmarem o surgimento de um líder regional em potencial. O survey foi aplicado em sete países parceiros da pesquisa (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México e Peru), cujo objetivo principal foi buscar compreender as percepções e atitudes do público sobre temas internacionais que ganharam relevância maior neste século e captar a reação da sociedade às mudanças internacionais e seus impactos domésticos.

O survey *Las Américas y el mundo* é dividido em duas partes, uma delas voltada para as lideranças ligadas a temas das relações internacionais, com uma amostra ideal de 200 casos, e outra com o público em geral, agregando tanto pessoas informadas e interessadas (PII) nos temas das relações internacionais quanto pessoas desinformadas e desinteressadas (PDD), com uma amostra probabilística de 1500 casos, e de distribuição nacional estratificada, ou seja, de acordo com a população de cada país.

No período de 2014, a amostra da pesquisa reuniu cerca de dois mil casos e os resultados foram abordados sob duas perspectivas: 1) a do público brasileiro em relação aos temas abordados ao longo do questionário, 2) uma análise da percepção do público acerca

desses mesmos temas, porém nos sete países citados. O questionário cobriu os seguintes temas: culturais, econômicos, sociais, políticos e de segurança, nos níveis bilaterais, regionais ou globais da política internacional, chegando a coletar mais de 2000 observações.

No caso do Brasil (2014), o survey teve o seguinte desenho para a amostra da elite:

Sector	Quantidade	Descrição								
Governo Federal	30	Diplomatas; assessores de relações exteriores, oficiais de política externa e nacional								
Setor privado	10	Diretores de grandes empresas privadas com interesses externos								
Setor Industrial	30	Setores industriais e de agricultura								
Sindicato	30	Organizações trabalhistas								
Organizações não governamentais	30	ONG's internacionais e nacionais representativas no Brasil								
Acadêmicos	30	Professores de RI, proeminentes nos departamentos de ciência política no Brasil								
de Editoriais de Jornais brasileiros	10	Membros do conselho editorial dos jornais de RI, editados por universidades brasileiras								
Jornalistas	30	Jornalistas, blogueiros, e editores que escrevam sobre política externa e política internacional no Brasil								
Total	200									

Figura 1 – Tabela de distribuição da amostra de elite.

Já em relação à distribuição do público em termos de gênero, tivemos a seguinte amostra:

	Sexo	Número Absoluto
PII	Feminino	190
	Masculino	274
	Total	464

	Sexo	Número Absoluto
PDD	Feminino	774
	Masculino	603
	Total	1377

Total Absoluto	1841
-----------------------	------

A hipótese da pesquisa é de que a identidade latino-americana, captada através da amostra deste survey, pode ser uma variável explicativa para a construção de uma liderança brasileira regional (na América Latina), mas ao analisar a identidade da opinião pública brasileira, captada pelo survey, em conjunto com a análise da bibliografia referente à trajetória da política externa brasileira, das relações entre o Brasil e a América Latina e da própria

formação deste espaço, vimos que esta variável não é explicativa para o direcionamento da PEB em busca de uma liderança regional.

Associamos esta não identificação à própria formação histórica da sociedade e, conseqüentemente, da identidade latino-americana e da região.

Vimos, a partir dos dados analisados que o reconhecimento, um sentimento de identificação por parte da opinião pública e da sociedade brasileira como membros dos povos da América Latina é bastante baixo. Não há uma unidade identitária que possa ser percebida na opinião pública brasileira, mas esse distanciamento se limita à identificação ou também atinge as políticas/diretivas para a PEB?

Quando falamos de identidade há uma variedade de abordagens sobre as quais podemos nos apoiar, e outros diversos fatores responsáveis por moldá-las e transformá-las. Esta, inclusive, foi uma das dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa. Como tratar de uma identidade, identificação que ultrapassaria nações, mas que ao mesmo tempo para alguns não é assim tão explícita.

A identidade pode ser vista sob diversas dimensões, a partir do plano individual em relação ao mundo exterior ou a partir do plano coletivo em relação a um contexto social mais amplo¹³. Nesta pesquisa, trabalhamos com este conceito a partir do plano coletivo, ou seja, da relação entre uma sociedade, no caso a latino-americana, em oposição ou contraposição com o resto do mundo.

Entendemos este conceito como relevante na formulação da PEB, pois “as identidades coletivas, além de serem objetos de construção e reformulação ao longo do tempo, (...) se forjam em função das relações entre as nações, isto é, no contato com o outro” (BEIRED et al., 2010 p. 9).

É na relação com o outro que são estabelecidas as especificidades políticas, culturais, “(...) os elementos de diferenciação dos países em relação aos demais atores da vida internacional que permitem construir a representação da identidade coletiva de um país (BEIRED et al., 2010 p. 9)”.

Bomfim (1905), em *América Latina: males de origem*, já nos fala um pouco sobre a complexidade relacionada à identidade em seu debate sobre o parasitismo ibérico nas sociedades latino-americanas. Para o autor, como já mencionado, há um grave efeito na construção de sua identidade nacional sobre aqueles educados sob os cuidados de seus

¹³ Política e identidade cultural na América Latina, 2010.

parasitas, há uma ambiguidade de desejos entre imitar e repelir os regimes e costume de seus parasitas.

Talvez por isso Ianni (1993), ao analisar a história da América Latina, a viu como um espaço de constante formação e reforma, construção e desconstrução, um espaço em que há uma ambiguidade em relação à consolidação de sua imagem:

Se fosse possível dizer qual é o tema fundamental do pensamento latino-americano, muitos concordariam que é a questão nacional (...) diz respeito a como se forma e transforma a nação. Começa por estabelecer que a nação não é um todo articulado, pronto, acabado (Ianni, 1993, p. 35).

Ao longo desta pesquisa, propomos diversas vezes o tema identidade como uma variável relevante na busca de destaque e liderança na América latina, especificamente o conceito de identidade latino-americana, e trazemos aqui mais algumas considerações sobre este tema que podem se adequar à nossa perspectiva.

O conceito de identidade em si é algo mutável, permite diversas interpretações, muitas vezes concomitantes, nem sempre excludentes e até mesmo complementares, podendo ser definido a partir do olhar do indivíduo, da coletividade, do resultado da relação entre indivíduo e sociedade/coletividade. Pode ser visto como estável, outras vezes como fluído. Até certo ponto este conceito se assemelha ao conceito de opinião pública, que está sempre num contínuo processo de formação em que nem todos participam da sua síntese, como resultado das relações de poder envolvidas nesse processo de formação.

Assim como o espaço da América Latina, nascida de um conceito, o termo identidade também gera debates e interpretações extremas, advindas dos colonizadores ou daqueles que queriam se livrar deles. Interpretar a identidade latino-americana é de certa forma delimitar ou abranger o seu futuro.

A construção desta identidade, segundo Castells (1996), se vale da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Por ocorrer dentro de relações de poder, elas podem ser mensuradas por três categorias:

- 1) identidade legitimadora – introduzida por instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

2) identidade de resistência – criada por atores que se encontram em posições ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica de dominação;

3) identidade de projeto – enfatizada quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade buscando transformação de toda a estrutura social.

Já Kleiman (2010) constrói uma ideia de identidade social formada por um tipo de interação apoiada em categorias sociais, agrupamentos de pessoas, destacando aquilo que temos em comum com os outros de posições sociais semelhantes, uma condição moldada pelas relações de poder e construída na interação. Este conceito pode ser relacionado tanto a um indivíduo quanto a uma coletividade. Para os propósitos desta pesquisa trabalhamos este conceito relacionando-o a diversas coletividades.

Outras autoras como Woodward (1997) estabelecem algumas conceptualizações a respeito do conceito de identidade que podem envolver reivindicações de pertencimento e exclusão, normalmente baseadas em versões da história, podendo ser vinculadas às condições materiais e sociais dos indivíduos e não sendo necessariamente unificadas.

Vimos que no decorrer da história da América Latina, a identificação com o espaço vem de um conceito criado de maneira externa à região, a partir de uma instituição dominante, a França, em sua trajetória de dominação da região. Mas esta mesma identificação depois de um longo período passou a ser utilizada pelos próprios indivíduos colonizados, não todos, como forma de resistência contra a nova potência, os EUA.

A própria história de consolidação deste espaço está relacionada com a construção complexa das sociedades latino-americanas e de suas identidades. Assim como o conceito de América Latina ao longo da história passou de um termo exógeno à região, introduzido com o intuito de racionalizar a dominação europeia, a um termo usado como forma de resistência e diferenciação da “outra” América, e a forma como o Brasil participou destes movimentos pode ser refletida na baixa identificação dos respondentes da amostra com a região.

Desta maneira, o distanciamento brasileiro de hoje em relação à América Latina em termos de identidade pode ser explicado como o reflexo de lacunas históricas entre a nação e a região, e remete, ainda, às heranças sociais responsáveis por manter traços de disparidades entre as nações, ex-colônias “inimigas ou adversárias”, pois

(...) há várias nações na nação latino-americana. Uma é a nação burguesa, oficial, dominante, que profere o discurso do poder, mercado, desenvolvimento, progresso, produtividade, racionalidade, modernização. Outra é a popular, camponesa e operária, dispersa na sociedade e na geografia (...) (Ianni, 1993, p. 35).

A consolidação das nações latino-americanas, a partir do passado colonial, é uma das bases para a formação da identidade latino-americana. Os traumas e superações similares que poderiam auxiliar uma unidade identitária, capaz de ser refletida na Opinião Pública brasileira, só reforçaram o distanciamento, os traumas e as desavenças que foram presentes no período colonial.

- A Opinião pública brasileira em *Las Américas y el mundo*

Esta pesquisa utiliza a análise de dados do *survey* já citado, em conjunto com um maior aprofundamento da bibliografia especializada, assim como debates e pesquisas com os centros responsáveis pela realização do *survey*. Nós o introduzimos nesta pesquisa no intuito de auxiliar o debate sobre a identificação latino-americana e a PEB no período de 2014 por ser uma ferramenta de fácil acesso, e que permite um maior contato com os temas da opinião pública e da política externa.

Ao trabalharmos com a opinião pública, muitas vezes baseada na metodologia de *surveys*, é necessário levar em conta diversos fatores antes de podermos discutir o resultado em si. Métodos como o *survey* são utilizados em pesquisas relacionadas à opinião pública porque facilitam uma visão panorâmica de um determinado assunto.

Na Ciência Política, o uso de *surveys* observacionais como instrumento metodológico na captação dos diferentes atores sociais concretizou-se nos anos 60, especialmente com as elites, com os estudos da Escola de Michigan a respeito do comportamento eleitoral e os estudos de cultura política.

O uso de métodos experimentais tem se expandido na área de ciência política e relações internacionais (Hyde, 2007, p. 73). Apesar desse tipo de estudo ainda ser pouco usual na América Latina (Turgeon & Rennó, 2010, p. 147), ele tem sido atualmente aceito de maneira ampla e abrangente (Druckman et al., 2006, p. 634).

Há uma análise inicial do *survey* feita por Onuki, Mourón e Urdinez (2016) no artigo “Latin American Perceptions of Regional Identity and Leadership in Comparative Perspective”, em que os autores buscam entender se os latino-americanos compartilham uma

identidade regional comum e se vêem o Brasil como um líder regional. Segundo a análise dos autores, a maioria dos brasileiros não se identifica como latino-americanos, contudo ainda tem para si que o país é o mais indicado como candidato a líder regional, ainda que não se encontrem dispostos a arcar com o ônus de assumir tal papel. Já a percepção das outras unidades latino-americanas é de que potências menores tendem a concordar com o reconhecimento do Brasil como líder regional, enquanto as potências médias, a exemplo da Argentina e do México, acreditam que eles próprios seriam melhores para esse papel regional.

Trazendo esta análise para a pesquisa, concluímos que a identidade latino-americana da opinião pública brasileira não é uma variável explicativa para a construção da liderança brasileira na região. Este distanciamento brasileiro em relação aos seus vizinhos existe desde os tempos do Império entre as colônias portuguesa e espanhola, e atualmente pode ser visto quanto à preferência da opinião pública em relação ao direcionamento da PEB acerca da ajuda externa para regiões como a África.

Na análise inicial em “Latin American Perceptions of Regional Identity and Leadership in Comparative Perspective”, os autores realçam ainda uma disparidade em relação ao fato de que a opinião pública brasileira, apesar de se ver como um líder regional em potencial, não vê a região como uma prioridade.

A pergunta que pode ser colocada é: como é possível construir uma liderança na região se não há convergência com o público interno no sentido de torná-la uma prioridade na política externa? Como construir uma liderança brasileira, com a convergência da opinião pública, se esta não se identifica com a região?

Para tentar compreender aqueles que se identificam como parte da América Latina e assim conseguir ver as possibilidades de convergência com a PEB, permitindo uma nova análise sobre a busca por um papel de liderança do Brasil, fizemos um levantamento dos participantes do survey que se identificaram como latino-americanos.

Estes representam menos de 3% da amostra total, com uma predominância masculina entre 16 e 39 anos, funcionários de empresas privadas e com ensino médio completo.

Quanto à identificação da amostra total, a opção por brasileiro foi a mais escolhida (58%), seguida de cidadão do mundo (9,9%), posteriormente sul-americano (7,4%), cerca de 70 pessoas de 2758 se identificaram como latino-americanos, ficando à frente apenas dos que não souberam responder ou não responderam. Neste capítulo, traçamos o perfil deste grupo que se identificou como latino-americano e os valores por eles defendidos.

Este é um público que, mesmo se identificando como latino-americano, em sua maioria (62%) não vê o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos, um dos

organismos regionais mais antigos do mundo – ativo desde 1948 e criado para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”¹⁴, e que conta com a participação de cerca de 35 Estados Independentes das Américas, sendo o principal palco governamental político, jurídico e social do hemisfério, como um objetivo importante da PEB. O que pode ser explicado pelo fato deste projeto não ser identitariamente latino-americano, tal como a CEPAL. Este grupo vê a integração regional como um objetivo que merece destaque. Objetivos estes que convergem com o desejo pelo combate ao narcotráfico e ao crime organizado nas fronteiras.

Esses 3% possuem uma visão otimista das relações internacionais na América Latina; acreditam que estavam melhores do que nos últimos 10 anos e que seguirão este padrão nos próximos 10 anos; apóiam uma participação mais ativa por parte do Brasil na região, mas se dividem quanto ao papel que este deveria assumir aqui ficando entre “colaborar” e “procurar ser líder”; essa divisão também se verifica quanto à região a que o Brasil deveria dar mais atenção (ficam divididos entre a África e a América Latina).

Em relação à avaliação do desempenho do governo da época (Dilma Rousseff), 65% concordam com o desempenho da política econômica e 28% com o da política exterior, enquanto 50% não estavam de acordo com as políticas de segurança pública e 47% com a política educacional. Desde o seu primeiro mandato houve uma forte comparação quanto à continuidade de determinadas políticas na transição do governo Lula para o governo Dilma. O setor de política externa foi o que mais recebeu atenção e “a presidenta, para dizer o mínimo, investiu menos neste campo do que o presidente (Lula)” (Bastos & Hiratuka, 2017).

Mas este não investimento não significa necessariamente uma falta de interesse por parte da presidenta, como avaliam Bastos e Hiratuka em seu artigo “A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência”, é preciso levar em conta que outros fatores, como as tensões internas do governo principalmente na ala nacionalista do próprio Itamaraty, podem ser decisivos para as diretrizes desse setor. Reforçando, deste modo, a hipótese inicial do nosso projeto de pesquisa: de que houve neste período uma alteração no grau de institucionalização ou da medida com a qual o governo se compromete com uma política relacionada com a variação do grau de apoio que tal medida recebe dos atores domésticos envolvidos no processo.

¹⁴Informações retiradas de: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp

Dentre os objetivos da PEB, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado (98%), possivelmente pelos problemas enfrentados em determinadas regiões de fronteira, é o que mais se destaca, seguido pela promoção da cultura brasileira (80%) e a atração de turistas (76%). Para alcançar tais objetivos, os respondentes acreditam que o comércio (85%) e a cultura, em conjunto com uma maior cooperação internacional, são o caminho. O meio militar é o único que apresentou uma divisão da OP: (52%) concordam e (42%) discordam do uso do poder militar.

Quando testada em relação ao seu conhecimento e avaliação a respeito das organizações internacionais, dentre elas ONU, OEA, CELAC, ALBA, MERCOSUL, FMI e Aliança do Pacífico, a maioria dos casos permaneceu com uma nota na faixa dos 50, sendo que os casos que nos chamaram a atenção foram os das organizações como a ALBA – Aliança Bolivariana e a CELAC – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, pois em média 20% desta amostra disseram não conhecer tais organizações, sendo elas caracterizadas por seus objetivos de integração social e política em prol do desenvolvimento da região. Deste grupo, em torno de 54% tem o Brasil como mais confiável para o papel de liderança na região e cerca de 30% veem nações como Venezuela e Cuba como as menos confiáveis.

Apesar desses altos níveis de desconfiança para liderar a região, em termos de boas relações entre Brasil e outras nações, Venezuela e Bolívia tiveram um baixo nível de rejeição¹⁵, pois tiveram 15% e 23% respectivamente. Os mais altos níveis nesta categoria ficaram com países como Cuba (30%) e Argentina (40%).

Ainda no tema integração, quando o assunto é resolução de questões como missões de paz, refugiados, direitos humanos e ajuda a países em desenvolvimento, em média 70% dá preferência para que essas questões sejam resolvidas em parceria com os governos nacionais e a ONU. O único tema no qual o público apresenta preferência para parcerias entre governos nacionais e ONGs regionais é o meio ambiente, demonstrando certa abertura para uma integração. Isso talvez ocorra graças ao histórico de exploração da região por grandes potências, ou pela capacidade e diversidade de fontes energéticas aqui presentes¹⁶.

¹⁵ Classificamos como rejeição, as relações de ameaça e rivalidade.

¹⁶ Recentemente fiz parte da equipe de coordenação de uma pesquisa financiada pela Konrad Adenauer, a qual visava compreender o futuro das energias renováveis na América Latina, os resultados demonstraram uma preferência por maior integração, uma espécie de governança policêntrica para encontrar a melhor solução para este tema. Aplicamos um questionário com cerca de 25 perguntas a uma amostra de elite de 10 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru), com o intuito de captar de que maneira essas elites compreendiam o futuro das energias renováveis na região.

Estes 3% da amostra defendem que para ser brasileiro valores como ser cristão e respeitar símbolos nacionais como o hino e a bandeira são de extrema importância, a preocupação com o combate ao narcotráfico, a proteção das fronteiras terrestres e marítimas e a proteção ao meio ambiente estão entre prioridades que deveriam ser atendidas pela PEB. O fortalecimento das relações com a ONU deveria ser priorizado, enquanto o relacionamento com outros regimes como a OEA (Organização dos Estados Americanos), não.

Quando questionados a respeito do conhecimento de siglas como ONU, OEA, MRE, FIFA e BRICS, o maior número de acertos ocorre em relação à ONU seguido pela FIFA, já o maior número de erros ocorre com relação à sigla MRE (Ministério de Relações Exteriores). Apesar de não conhecerem muito bem estas siglas, quando questionados acerca do papel do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), opinam firmemente quanto a sua classificação, dividindo-se entre uma aliança constrangedora com países autoritários ou uma força capaz de inferir equilíbrio de poder no mundo ao invés de assumirem não saber ou de não responderem à questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossos avanços observamos que em relação a termos que remetem ao conceito de identidade, a maioria da opinião pública avaliada a partir do survey não se qualifica como latino-americana, realçando para nós uma característica que pode ser vista como fruto das heranças sociais coloniais, discutidas acima, que dificultaram e ainda dificultam a consolidação de uma identidade brasileira mais próxima da América Latina.

Ao analisarmos o posicionamento e o perfil da OP em relação à identificação com a América latina, vimos que esta amostra representa apenas 3% dos respondentes, ou seja, a variável identidade não é explicativa para a busca da liderança brasileira na região. Mas apesar dessa identificação com a América Latina não ser suficiente para explicar a busca de liderança na região, quando comparamos as preferências para o direcionamento da PEB observamos que há uma convergência no entendimento de que o Brasil deve ser um candidato a líder regional, tanto para a amostra que se identificou como latino-americana quanto para os que se identificam mais com as opções *brasileiro* ou *cidadão do mundo*.

Ainda que o fator identidade latino-americana não seja explicativo para as diretrizes da PEB, ao analisarmos a história das relações do Brasil com alguns países da América Latina constatamos que a identificação de objetivos e papéis comuns em relação à ordem internacional é capaz de trazer benefícios ao desenvolvimento da região. Prebisch tinha para si que para se alcançar o objetivo final, o desenvolvimento econômico e social da periferia, sendo assim da América Latina, eram necessários determinados meios que não fossem receitas prontas meramente aplicadas à região. Consideramos que a diversificação das formas de integração dos países latino-americanos, condizentes com a própria história da região, pode ser um dos meios para se alcançar o desenvolvimento em prol da região.

Como a própria história da América Latina é contada a partir de diversos olhares, vemos a necessidade de ampliar a visão a respeito da política externa brasileira voltada para a América Latina. Uma região historicamente explorada, que ao longo dos anos não foi o foco da diplomacia brasileira. Apesar de esforços terem sido feitos, como MERCOSUL, UNASUL, CELAC, ALADI, os resultados em termos de desenvolvimento não tem sido fortemente significativos.

Para nós a inexistência da PEB, deve ser mantida, essa adaptação aos meios para se alcançar o objetivo final, de papel de maior destaque para até uma possível liderança regional é válida. Mas deve-se observar quais meios devem ser mantidos ou não neste roteiro, quais parcerias precisam ser melhor estudadas e/ou reforçadas. A noção de desenvolvimento aqui

defendida, conforme dia anteriormente é a mesma noção de desenvolvimento trabalhada por Prebisch em seus escritos para a América Latina com isso, essas adaptações da PEB dever ser feitas com o mesmo intuito. Por isso, reforçamos o papel da identidade latino americana como um meio de direcionar estas adaptações a própria região.

A partir daqui, como próximos passos procuraremos entender qual a concepção da amostra dos países envolvidos que se identifica como latino-americana, por meio da análise dos valores e políticas defendidas pelo grupo que se identifica como latino-americano, da mesma forma que fizemos para o público brasileiro. De modo a, possivelmente, desenhar o trajeto feito até aqui para o desenvolvimento da região ou até mesmo uma adaptação deste caminho, com base nas percepções deste público sobre os temas voltados para a política, sociedade e cultura – captados pelo survey. Vemos como prioridade compreender a amostra de respondentes que se identifica como latino-americana pelo compromisso de diversificar a abordagem desta pesquisa e de não reproduzir os estudos que se espelham em outras nações, externas à América Latina.

Pretende-se fazer esta análise pois, nos questionários aplicados em 2014, todos com exceção do Uruguai incluíram a seguinte pergunta sobre identidade:

(4.3) Y dígame, ¿qué se siente usted más? (LEA OPCIONES)

Latinoamericano	1
Sudamericano	5
Bolivariano	7
Del Mercosur	8
[OTRA OPCIÓN]	9
Ciudadano del mundo	10
NS	98
NC	99

☐

Dentre as opções disponíveis para os respondentes duas permaneceram fixas, ou seja, foram incluídas em todos os questionários: (i) *Latino-americano* e (ii) *Cidadão mundo*, as opções (iii) *Sul-americano* e (iv) *Do Mercosul* não foram incluídas nos questionários do México. Acreditamos que isso se deve ao fato da aproximação não apenas geográfica de uma potência como os EUA, mas também por questões econômicas e culturais que envolvem os dois países.

Com exceção do Brasil e do México, todos os outros questionários incluíram pelo menos uma das opções (v) *Bolivariano* e (vi) *Andino*, o que se deve ao fato destes países não apresentarem proximidade dos ideais de Simón Bolívar, expressas na Carta de Jamaica, e por não estarem tão próximos das Cordilheiras dos Andes. O questionário da Colômbia foi o que apresentou a maior gama de opções para os respondentes, fora estas seis opções apresentadas há também as seguintes possibilidades: (vii) *Caribenho*; (viii) *Norte-americano* e (ix) *Centro-*

americano, justificáveis pela proximidade do país com a região central e caribenha da América.

O questionário brasileiro é o único que apresenta uma opção próxima à nacionalidade *(x) brasileiro*, o que explica em parte a preferência dos respondentes brasileiros a esta opção, algo que tem sido discutido durante a elaboração do questionário de 2019. O questionário do Peru nos chamou a atenção por ser o único a acrescentar a opção *(xi) Ibero-americano*.

Todas essas especificidades em cada um dos questionários, não apenas caracterizam, mas também indicam determinados aspectos particulares de cada país, algo que seria interessante para a ampliar a análise a respeito da identidade latino-americana em termos de política externa. Um contato mais próximo com os grupos responsáveis de cada país tornará possível compreender de que maneira, e por que, foram feitas essas escolhas. Colaborando, assim, para a compreensão dos respondentes que se identificam como latino-americanos em cada um destes países.

Outras bases de dados da região, como o Latinobarómetro¹⁷, – um estudo sobre opinião pública com sede em Santiago do Chile, que investiga temas como desenvolvimento da democracia, economia e da sociedade em conjunto com indicadores de opinião pública capazes de medir atitudes, valores e comportamento –, foram consultadas e também incluem em seus questionários uma seção voltada para a identidade, no caso a identidade nacional. Entretanto, o banco de dados não possui as informações a respeito do ano de 2014, o ano do questionário *Las Américas y el mundo*. Apesar das tentativas de contato, nenhuma resposta nos foi dada, acreditamos que o questionário não foi aplicado nos anos de 2014 e 2017.

¹⁷ <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (1998). Percepções das elites do Cone Sul sobre as relações internacionais do Brasil. *Texto para discussão*, nº 693. Brasília: IPEA.

ALBUERQUE, José Augusto Guilhon (1996). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1960-1990)*. São Paulo: Editora Cultura.

ALMOND, Gabriel (1960). *The American people and foreign policy*. London-New York: F.A. Praeger Publisher.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988) Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes. Serie PNPE, nº19, 1988

BEIRED et al (2010) Política e identidade cultural na América Latina. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010

BRITO, Evamar de (1984). Política Externa Brasileira. In. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Ed.26/27.

BURSTEIN, Paul (2003). The Impact of Public Opinion on Public Policy: a review and an agenda. *Political Research Quarterly*, vol. 56, nº 1, March, pp. 29-40.

CONVERSE, Philip (1967). The nature of belief systems in mass publics. APTER, David. *Ideology and discontent*. London: Collier MacMillan, pp. 206-261.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2008). Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, nº 2, pp. 80-97.

GUIMARÃES, Samuel O. (2006). Desafios brasileiros na era dos gigantes.

HERMANN, Charles F. (1990). Changing Course: When governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, vol.34, Nº 1, March, pp. 3-21.

HOLSTI, Ole & ROSENAU, James N. (1986). The Foreign Policy Beliefs of American Leaders: Some Further Thoughts on Theory and Method. *International Studies Quarterly*, vol. 30, nº 4, December, pp. 473-484.

HOLSTI, Ole (1992). Public Opinion and Foreign Policy: Challenges to the Almond-Lippmann Consensus Merston Series: Research Programs and Debates. *International Studies Quarterly*, vol. 36, nº 4, December 1992, pp. 439-466.

HOLSTI, Ole (2004). *Public Opinion and American Foreign Policy*. University of Michigan Press.

HUDSON, Valerie (2004), *Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations: A Comprehensive Survey*. Addison Werley Publishing Company.

LOPES, Dawisson B. e VELLOZO JUNIOR, Joelson. Balanço sobre a inserção internacional do Brasil. In *Contexto Internacional*, vol.26, n. 2, 2004.

IANNI, O. (1926). *O Labirinto Latino Americano*. Petrópolis, RJ: Vozes,1993

JERVIS, Robert (1976). *Perception and Misperception in International Politics*, Princeton University Press.

KONO, Daniel Y. (2008). Does Public Opinion Affect Trade Policy? *Business and Politics*, vol. 10, nº 2, pp. 1-19.

MILANI, Carlos e PINHEIRO, Leticia (2012). *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

NEACK, Laura, HEY, Jeanne, HANEY, Patrick (1999), *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. Miami University.

PINHEIRO, Leticia (2000). Traídos pelo desejo: Um ensaio sobre a teoria prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, vol 22, nº 2, Rio de Janeiro julho/dezembro, pp. 305-335.

PLANO, Jack C. e OLTON, Roy (1969). *Dicionário de Relações Internacionais*.

RISSE-KAPPEN, T. Public opinion, domestic structure and foreign policy in liberal democracies. *World Politics*, vol. 43, pp. 479-512.

ROSENAU, James N. (1970), Foreign Policy as Adaptive Behavior: Some Preliminary Notes for a Theoretical Model. *Comparative Politics*, vol. 2, nº 3, April, pp. 365-387.

SARAIVA, Mirian Gomes (2007). As estratégias da cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 50, nº 2, pp. 49-52.

SHAPIRO, Robert Y. and Page, Benjamin I. (1988). Foreign Policy and the Rational Public. *Journal of Conflict Resolution*, vol. 32, nº 2, pp. 211-247.

SILVA, Alexandra de Mello e (1995). O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. *Estudos Históricos*, vol.8, nº 15, Rio de Janeiro, pp. 95-118.

SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia & DUNNE, Tim (eds.) (2008). *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press, 400 p.

SOBEL, R. (2001). *The impact of public opinion on US foreign policy since Vietnam*. Oxford: Oxford University Press.

SOUZA, Amaury (2009). *A agenda internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus/CEBRI, 176 p.

STEIN, Rynning & GUZZINI, Stefano (2002). *Realism and Foreign Policy Analysis*. Mimeografado.

VIGEVANI, Tullo e RAMANZINI JUNIOR, Haroldo (2009). Mudanças da inserção brasileira na américa latina. *Lua Nova*, nº 78.

VIZENTINI, Paulo G. F. (1993) Da barganha nacionalista a PEI 1951-1964: uma política exterior para o desenvolvimento.

WITTKOPF, Eugene R. (1990). *Faces of internationalism. Public Opinion and American Foreign Policy*. Durham: Duke University Press, 414p.

ZIGLIO, Luciana. Cooperação internacional de atores não-estatais. *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.
<<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/57.htm>>

ANEXOS
SURVEY – Las amerias y el mundo 2014¹⁸

¹⁸ Mais informações estão disponíveis através do processo fapesp 14/01691-0

CARACTERIZAÇÃO

Question ID	Question	Answer
1	Bom dia/ Boa tarde/ Boa noite. Meu nome é (nome do entrevistador), eu trabalho para o Instituto Olhar. Nós estamos realizando um estudo de opinião que durará aproximadamente 30 minutos e gostaríamos de contar com a sua colaboração. Suas respostas farão parte de um estudo confidencial e sua identidade será preservada. O Sr(a). poderia participar do nosso estudo, respondendo algumas perguntas?	Sim Não
2	O Instituto Olhar agradece a sua atenção.	Finalizar
3	Nós estamos procurando algumas pessoas com características específicas. O(a) Sr(a), ou alguém da sua família, trabalha em:	Pesquisa de mercado Ag. Propaganda/Marketing Rádio/TV/Jornal/Revista NDA (Nenhuma das alternativas)
4	O Instituto Olhar agradece a sua colaboração.	Finalizar
5	Estado:	Alagoas Bahia Espírito Santo Mato Grosso Mato Grosso do Sul Minas Gerais Pará Paraná Pernambuco Rio de Janeiro Rio Grande do Norte Rio Grande do Sul Santa Catarina São Paulo
6	Município:	Capela Maceió
7	Município:	Dias d'Ávila Muritiba Salvador Santo Estêvão Taperoá Varzedo
8	Município:	Aracruz Brejetuba Vitória
9	Município:	Cuiabá
10	Município:	Aquidauana Bandeirantes Campo Grande
11	Município:	Belo Horizonte Bonfim Contagem Nova Era

		Pedro Leopoldo
12	Município:	Belém Castanhal Primavera Vigia
13	Município:	Curitiba Fazenda Rio Grande
14	Município:	Camaragibe Ilha de Itamaracá Jaboatão dos Guararapes Olinda
15	Município:	Armação dos Búzios Guapimirim Nova Friburgo Nova Iguaçu São Gonçalo
16	Município:	Natal
17	Município:	Bom Princípio Porto Alegre Santo Antônio da Patrulha
18	Município:	Itapema São Bento do Sul
19	Município:	Arujá Guarulhos Laranjal Paulista Sorocaba Suzano
20	Você não selecionou o município correto. O questionário irá retorna para que você possa marcar o Município correto.	
21	Sexo	Feminino Masculino
22	Qual sua idade?	16 a 24 anos 25 a 29 anos 30 a 39 anos 40 a 49 anos 50 a 59 anos 60 anos ou mais
23	Qual é a sua principal condição profissional atual?	Funcionário de Empresa Privada Funcionário Público Federal Funcionário Estadual Funcionário Municipal Profissional liberal ou autônomo Empresário Estudante Aposentado ou pensionista Atividades do lar Desempregado Está incapacitado permanentemente
24	Apenas para questão de controle	PEA
25	Apenas para questão de controle	NÃO PEA
26	Qual o seu grau de instrução?	Não alfabetizado Somente alfabetizado Até o 5º ano incompleto do Ensino Fundamental (antiga 4ª série) 5º ano completo do Ensino Fundamental

		Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto (antiga 5ª à 8ª série) Ensino Fundamental completo Ensino Médio incompleto Ensino Médio completo Superior incompleto Superior completo Pós-graduação Mestrado Doutorado NS NR
27	O Sr(a). poderia me dizer qual é aproximadamente a renda mensal do seu domicílio, isto é, a soma da renda mensal de todos os membros do seu domicílio?	Até R\$724,00 (até 1 SM) De R\$724,01 até R\$1.448,00 (de 1 a 2 SM) De R\$1.448,01 até R\$3.620,00 (de 2 a 5 SM) De R\$3.620,01 até R\$7.240,00 (de 5 a 10 SM) De R\$7.240,01 até R\$14.440,00 (de 10 a 20 SM) Mais que R\$14.440,00 (20 ou mais SM) Não possui renda NS NR
28	O Sr(a). poderia me dizer qual é aproximadamente a SUA renda mensal pessoal?	Até R\$724,00 (até 1 SM) De R\$724,01 até R\$1.448,00 (de 1 a 2 SM) De R\$1.448,01 até R\$3.620,00 (de 2 a 5 SM) De R\$3.620,01 até R\$7.240,00 (de 5 a 10 SM) De R\$7.240,01 até R\$14.440,00 (de 10 a 20 SM) Mais que R\$14.440,00 (20 ou mais SM) Não possui renda NS NR
29	O(a) Sr(a). tem em sua casa:	
	<i>Televisão em cores</i>	
	<i>Rádio</i>	
	<i>Banheiro</i>	
	<i>Automóvel</i>	
	<i>Empregada diarista</i>	
	<i>Máquina de lavar</i>	
	<i>Videocassete e/ou DVD</i>	
	<i>Geladeira</i>	
	<i>Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)</i>	
30	SETOR	
31	Endereço Rua:	
32	Número:	
33	Bairro:	
34	CEP:	
35	Telefone(s)	
	DDD:	

	<i>Residencial:</i>	
	<i>Comercial</i>	
	<i>Celular:</i>	
36	Qual o seu estado civil?	Solteiro(a) Casado(a)/ Mora junto Viúvo(a) Desquitado(a)/ Divorciado(a) Separado(a)

Chapter 2

Question ID	Question	Answer
37	Quando assiste às notícias, quão interessado você está quanto às relações do Brasil com outros países: muito interessado, razoavelmente interessado, pouco interessado ou nada interessado?	Muito Médio Pouco Nada NS NR Não sigo as notícias (ESPONTÂNEA)
38	Diga-me, por favor, quantas vezes você já viajou para fora do Brasil?	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Outro. Quantas? NS NR
39	Algum parente seu mora fora do Brasil?	Sim Não NS NR
40	Você ou sua família recebem dinheiro de parentes que trabalham fora do país?	Sim Não NS NR
41	De qual país?	
42	Em geral, você acredita que o mundo melhorou ou piorou nos últimos 10 anos?	Melhorou Está igual Piorou NS NR
43	E nos próximos 10 anos, você acredita que o mundo vai melhorar ou piorar?	Melhorar Continuara igual Piorará NS NR
44	Você considera a entrada de ideias e costumes de outros países no Brasil um fato positivo ou negativo?	Positivo Negativo NS NR Depende (ESPONTÂNEA)
45	Por favor, diga-me o significado das	

	siglas que você vê no seguinte cartão:	
	<i>OEA (Organização dos Estados Americanos)</i>	<i>Correto</i> <i>Incorreto</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>ONU (Organização das Nações Unidas)</i>	<i>Correto</i> <i>Incorreto</i> <i>NS NR</i>
	<i>MRE (Ministério das Relações Exteriores)</i>	<i>Correto</i> <i>Incorreto</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>FIFA (Federação Internacional de Futebol)</i>	<i>Correto</i> <i>Incorreto</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)</i>	<i>Correto</i> <i>Incorreto</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
46	Em sua opinião, o que é melhor para o futuro do Brasil: ter participação ativa em assuntos mundiais, ou manter-se longe dos assuntos mundiais?	Participação ativa Manter-se longe <i>NS NR</i> Nem um, nem outro (ESPONTÂNEA)
47	Gostaria que o Sr(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil, ou seja, se o Sr(a) os considera muito importante, importante, pouco importante ou nada importante:	
	<i>Fortalecer as relações das Nações Unidas (ONU)</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA)</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Combater o terrorismo internacional</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Ajudar a levar a democracia a outros países</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i>

		NR
	<i>Promover a venda de produtos brasileiros em outros países</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
	<i>Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
	<i>Prevenir a proliferação de armas nucleares</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
	<i>Combater o narcotráfico e o crime organizado</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
	<i>Proteger os interesses dos brasileiros em outros países</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
	<i>Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
	<i>Proteger as fronteiras terrestres e marítimas</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
	<i>Proteger o meio-ambiente</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
	<i>Promover a integração regional</i>	Muito importante Importante Pouco importante Nada importante NS NR
48	E de todos esses objetivos, qual é o mais importante?	Fortalecer as relações das Nações Unidas (ONU) Fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA)

		<p>Combater o terrorismo internacional</p> <p>Ajudar a levar a democracia a outros países</p> <p>Promover a venda de produtos brasileiros em outros países</p> <p>Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos</p> <p>Prevenir a proliferação de armas nucleares</p> <p>Combater o narcotráfico e o crime organizado</p> <p>Proteger os interesses dos brasileiros em outros países</p> <p>Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil</p> <p>Proteger as fronteiras terrestres e marítimas</p> <p>Proteger o meio-ambiente</p> <p>Promover a integração regional</p>
49	E de todos esses objetivos, qual é o mais importante?	<p>Fortalecer as relações das Nações Unidas (ONU)</p> <p>Fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA)</p> <p>Combater o terrorismo internacional</p> <p>Ajudar a levar a democracia a outros países</p> <p>Promover a venda de produtos brasileiros em outros países</p> <p>Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos</p> <p>Prevenir a proliferação de armas nucleares</p> <p>Combater o narcotráfico e o crime organizado</p> <p>Proteger os interesses dos brasileiros em outros países</p> <p>Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil</p> <p>Proteger as fronteiras terrestres e marítimas</p> <p>Proteger o meio-ambiente</p> <p>Promover a integração regional</p>
50	E de todos esses objetivos, qual é o mais importante?	<p>Fortalecer as relações das Nações Unidas (ONU)</p> <p>Fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA)</p> <p>Combater o terrorismo internacional</p> <p>Ajudar a levar a democracia a outros países</p> <p>Promover a venda de produtos brasileiros em outros países</p> <p>Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos</p> <p>Prevenir a proliferação de armas nucleares</p> <p>Combater o narcotráfico e o crime organizado</p>

		Proteger os interesses dos brasileiros em outros países Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil Proteger as fronteiras terrestres e marítimas Proteger o meio-ambiente Promover a integração regional
51	E de todos esses objetivos, qual é o mais importante?	Fortalecer as relações das Nações Unidas (ONU) Fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA) Combater o terrorismo internacional Ajudar a levar a democracia a outros países Promover a venda de produtos brasileiros em outros países Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos Prevenir a proliferação de armas nucleares Combater o narcotráfico e o crime organizado Proteger os interesses dos brasileiros em outros países Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil Proteger as fronteiras terrestres e marítimas Proteger o meio-ambiente Promover a integração regional
52	No plano internacional, qual é a importância do Brasil?	Muito importante Razoavelmente importante Pouco importante Nada importante NS NR
53	Você acredita que o Brasil tem mais ou menos importância internacional do que tinha há 10 anos?	Mais Menos Igual NS NR
54	E daqui a 10 anos, você acredita que o Brasil terá mais ou menos importância internacional, comparando com hoje?	Mais Menos Igual NS NR
55	Você diria que concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte ou discorda totalmente com o desempenho do governo brasileiro em matéria de:	
	<i>Política econômica</i>	<i>Concorda totalmente</i> <i>Concorda em parte</i> <i>Discorda em parte</i> <i>Discorda totalmente</i> NS NR

	<i>Política de segurança pública</i>	<i>Concorda totalmente</i> <i>Concorda em parte</i> <i>Discorda em parte</i> <i>Discorda totalmente</i> NS NR
	<i>Política exterior</i>	<i>Concorda totalmente</i> <i>Concorda em parte</i> <i>Discorda em parte</i> <i>Discorda totalmente</i> NS NR
	<i>Política educacional</i>	<i>Concorda totalmente</i> <i>Concorda em parte</i> <i>Discorda em parte</i> <i>Discorda totalmente</i> NS NR
56	Você acredita que a política exterior do Brasil tem por objetivo:	Mudar a distribuição de poder atual entre os países, no mundo Manter a distribuição atual de poder entre os países, no mundo, incluindo o Brasil entre os poderosos NS NR
57	Qual dos seguintes países lhe inspira maior confiança para manter a paz no mundo?	China Estados Unidos França Grã-Bretanha Rússia Outro. Qual? Nenhum NS NR
58	E qual é o país que lhe inspira menor confiança para manter a paz no mundo?	China Estados Unidos França Grã-Bretanha Rússia Outro. Qual? Nenhum NS NR
59	Por favor, diga-me se você concorda ou não com as seguintes afirmações:	
	<i>Para resolver problemas internacionais, o Brasil deve aceitar as decisões das Nações Unidas (ONU), mesmo que não goste</i>	<i>Concorda</i> <i>Discorda</i> NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
	<i>Os acordos e tratados internacionais devem estar por cima das leis nacionais</i>	<i>Concorda</i> <i>Discorda</i> NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
60	Dummy - hold chosen question to ask	AA BB CC

		DD
61	Selecting random question to ask	
62	Você acredita que o maior contato de nossa economia com outras economias do mundo, fato conhecido como globalização, é, de modo geral, algo bom ou ruim para o Brasil?	Boa Ruim Nem boa nem ruim (ESPONTÂNEA) Depende (ESPONTÂNEA) NS NR
63	A globalização da economia, ou o maior contato de nossa economia com outras economias no mundo, tem vantagens (por exemplo, o aumento da oferta de produtos com menor preço do que os produtos nacionais) e desvantagens (por exemplo, o aumento da vulnerabilidade à crise internacional). Você acha que a globalização é boa ou ruim para o Brasil?	Boa Ruim Nem boa nem ruim (ESPONTÂNEA) Depende (ESPONTÂNEA) NS NR
64	A globalização da economia, ou o maior contato de nossa economia com outras economias no mundo, tem vantagens (por exemplo, aumento de produtos com menor preço do que os produtos nacionais). Você acha que esta essa globalização da economia é boa ou ruim para o Brasil?	Boa Ruim Nem boa nem ruim (ESPONTÂNEA) Depende (ESPONTÂNEA) NS NR
65	A globalização da economia, ou o maior contato de nossa economia com outras economias no mundo, tem vantagens (por exemplo, o aumento da vulnerabilidade à crise internacional). Você acha que a globalização é boa ou ruim para o Brasil?	Boa Ruim Nem boa nem ruim (ESPONTÂNEA) DEPENDE (ESPONTÂNEA) NS NR
66	Quanto você acredita que a atração de investimentos beneficia o Brasil?	Muito Mais ou menos Pouco Nada NS NR
67	Em geral, você acredita que o livre comércio é bom ou ruim para:	
	<i>A economia dos países desenvolvidos</i>	Bom Ruim NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
	<i>O meio ambiente</i>	Bom Ruim NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
	<i>A economia brasileira</i>	Bom Ruim NS NR

		<i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
	<i>O nível de vida de pessoas como você</i>	Bom Ruim NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
	<i>As empresas brasileiras</i>	Bom Ruim NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
	<i>A agricultura brasileira</i>	Bom Ruim NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
	<i>Os trabalhadores brasileiros</i>	Bom Ruim NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
68	Você concordaria ou não se o Brasil reduzisse as barreiras de entrada de produtos estrangeiros?	Concordaria muito Concordaria um pouco Discordaria um pouco Discordaria muito NS NR
69	O Conselho de Segurança é um dos órgãos mais importantes da ONU e, em certos casos, autoriza o uso da força. Você acredita que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas deveria ou não ter o direito de autorizar o uso da força militar para:	
	<i>Evitar violações graves dos Direitos Humanos, como assassinatos em massa</i>	Deve Não deve NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
	<i>Restabelecer um governo democrático que tivesse sido derrubado</i>	Deve Não deve NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
70	Você concorda ou discorda que um brasileiro acusado de crime contra a humanidade (como a tortura), e que não tenha sido julgado no Brasil, possa ser julgado por um tribunal internacional?	Concorda Discorda NS NR <i>Depende (ESPONTÂNEA)</i>
71	De modo geral, você acredita que a América Latina está melhor ou pior do que estava há 10 anos?	Melhor Pior NS NR <i>Igual (ESPONTÂNEA)</i>
72	E daqui a 10 anos, você acredita que a América Latina estará melhor ou pior?	Melhor Pior NS

		NR Igual (ESPONTÂNEA)
73	Se o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas pudesse ter um novo assento para representar a América Latina como um todo, que país deveria ocupar esse assento?	Argentina Brasil México Outro. Qual? NS NR
74	Qual das seguintes informações se aproxima mais do que você pensa sobre o papel do Brasil na América Latina?	O Brasil deveria procurar ser o líder na região O Brasil deveria colaborar com outros países sul-americanos sem pretender ser líder O Brasil deveria manter-se afastado dos esforços sul-americanos NS NR
75	Dummy - hold chosen question to ask	A B C
76	Selecting random question to ask	
77	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Um presidente de um país da América do Sul foi retirado do poder a força pelos militares locais. O Brasil deveria liderar o processo regional de imposição de sanções econômicas sobre aquele governo para punir os golpistas.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
78	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Um presidente de um país da América do Sul foi retirado do poder a força pelos militares locais. O Brasil deveria liderar reuniões no âmbito da organização regional de segurança para condenar a mudança de regime do país vizinho.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
79	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Um presidente de um país da América do Sul foi retirado do poder a força pelos militares de seu país. O Brasil não deveria se envolver na crise.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
80	Dummy - hold chosen question to ask	D E F
81	Selecting random question to ask	
82	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Um novo acordo de integração econômica foi assinado na América do Sul. Um país vizinho decidiu não assinar o acordo. O Brasil deveria liderar a região no sentido de fechar o comércio exterior com esse país até que ele assinasse o tratado.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
83	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Um novo acordo de	Concordo totalmente Concordo em parte

	integração econômica foi assinado na América do Sul. O Brasil deveria liderar as negociações de criação de uma instituição regional que vai ajudar na implementação do tratado.	Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
84	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Um novo acordo de integração econômica foi assinado na América do Sul. O Brasil não liderou esse processo.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
85	Dummy - hold chosen question to ask	G H I
86	Selecting random question to ask	
87	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Ocorreu um conflito militar na fronteira entre dois países da América do Sul. O Brasil liderou o processo regional de imposição de sanções econômicas ao país agressor até que houvesse a retirada de suas tropas do país invadido.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
88	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Ocorreu um conflito militar na fronteira entre dois países da América do Sul. O Brasil deveria liderar reuniões da instituição regional de segurança para condenar o país agressor até que houvesse a retirada de suas tropas do país invadido.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
89	Você concorda ou discorda sobre a seguinte frase: Ocorreu um conflito militar na fronteira entre dois países da América do Sul. O Brasil não se envolveu na crise.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
90	Caso o exército ou um grupo armado de algum país latino-americano derrubasse um governo eleito democraticamente, você acredita que o Brasil deveria:	Romper relações diplomáticas com o novo governo Condenar as atitudes tomadas de forma pública, mas sem romper relações diplomáticas Esperar a reação internacional e então agir Não fazer nada NS NR
91	Você concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho?	
	<i>América do Norte</i>	<i>Concorda</i> <i>Discorda</i> NS NR
	<i>América Central</i>	<i>Concorda</i> <i>Discorda</i>

		NS NR
	<i>América do Sul</i>	Concorda Discorda NS NR
	<i>Europa</i>	Concorda Discorda NS NR
	<i>Ásia</i>	Concorda Discorda NS NR
92	Nos últimos 10 anos, qual país da América Latina foi o mais influente da região?	Argentina Brasil Chile Colômbia Cuba Guatemala México Peru Venezuela Outro. Qual? (ESPONTÂNEA) Nenhum NS NR
93	E nos próximos 10 anos, qual país da América Latina terá mais influência na região?	Argentina Brasil Chile Colômbia Cuba Guatemala México Peru Venezuela Outro. Qual? (ESPONTÂNEA) Nenhum NS NR
94	Nos últimos 10 anos, qual país da América Latina você acredita que gerou mais conflitos na região?	Argentina Bolívia Brasil Chile Colômbia Cuba Equador Guatemala México Peru Venezuela Outro. Qual? NS NR
95	E nos próximos 10 anos, qual país você acredita que poderá gerar mais conflitos na região?	Argentina Bolívia Brasil Chile Colômbia

		Cuba Equador Guatemala México Peru Venezuela Outro. Qual? NS NR
96	Comparando com os últimos 10 anos, você acha que as relações do Brasil com o resto da América Latina estão melhores ou piores?	Melhor Pior NS NR Igual (ESPONTÂNEA)
97	E em 10 anos, você acha que as relações de seu país com o resto da América Latina estarão melhores ou piores?	Melhor Pior NS NR Igual (ESPONTÂNEA)
98	Agora vou lhe pedir sua opinião sobre alguns líderes políticos. Você pode dar uma nota de 0 a 100, sendo 0 a nota mais desfavorável e 100 a nota mais favorável sobre esse líder na sua opinião. Se você não tem opinião sobre esse líder ou nunca ouviu falar sobre ele, por favor, me diga. Cristina Kirchner	NS NR
99	Raul Castro	NS NR
100	Dilma Roussef	NS NR
101	Michelle Bachelet	NS NR
102	Nicolas Maduro	NS NR
103	Barack Obama	NS NR
104	Jose Mujica	NS NR
105	Evo Morales	NS NR
106	Juan Manuel Santos	NS NR
107	Enrique Peña Nieto	NS NR
108	Das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estados Unidos?	Confiança Desconfiança NS NR Indiferença (ESPONTÂNEA)
109	E das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estados Unidos?	Admiração Desprezo NS NR Indiferença (ESPONTÂNEA)
110	Das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação à China?	Confiança Desconfiança NS

		NR Indiferença (ESPONTÂNEA)
111	E das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação à China?	Admiração Desprezo NS NR Indiferença (ESPONTÂNEA)
112	Quão de acordo você está com que os criminosos que se escondem no Brasil ou nos Estados Unidos para fugir da justiça sejam levados de volta ao país em que cometeram o crime para que então sejam julgados e castigados? Você diria que concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito?	Concorda muito Concorda pouco Discorda pouco Discorda muito NS NR
113	Na sua opinião, o Brasil deve prestar mais atenção em qual região do mundo?	América do Norte América Latina Europa Ásia Oriente Médio África Oceania NS NR
114	Agora vou pedir que você me diga sua opinião sobre alguns países, dando uma nota de 0 a 100, onde 0 significa uma opinião muito desfavorável, e 100 uma opinião muito favorável sobre esse país. Se você não tem opinião a respeito ou nunca ouviu falar desse país, por favor, me diga. Chile	NS NR
115	China	NS NR
116	Cuba	NS NR
117	Bolívia	NS NR
118	Espanha	NS NR
119	Estados Unidos	NS NR
120	México	NS NR
121	Venezuela	NS NR
122	Na sua opinião, se a economia da China crescesse até ser tão grande quanto a dos Estados Unidos, você acha que esse fato seria positivo ou negativo para o mundo?	Negativo Positivo NS NR Igualmente positivo ou negativo (ESPONTÂNEA)
123	Diga-me, como você descreveria a relação do Brasil com os seguintes países?	
	Argentina	Amizade Sociedade

		Rivalidade Ameaça NS NR
	<i>Países da União Européia</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
	<i>Chile</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
124		
	<i>China</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
	<i>Colômbia</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
	<i>Cuba</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
125		
	<i>Bolívia</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
	<i>Estados Unidos</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
	<i>Índia</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
126		
	<i>Japão</i>	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça

		NS NR
	Peru	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
	Venezuela	Amizade Sociedade Rivalidade Ameaça NS NR
127	Independentemente do partido que você tenha votado, normalmente você se considera mais apoiador do PSDB, DEM, PT, PMDB, PSB, PV ou de outro partido?	PSDB DEM PT PMDB PSB PV Outro partido Não se identifica com nenhum partido (ESPONTÂNEA) NS NR
128	Para qual partido você votou na eleição presidencial de 2014?	DEM PSDB PT PV PMDB PSB Outro partido Não votou NS NR
129	Em relação ao ano passado, você acha que a situação econômica do país está melhor, igual ou pior?	Melhor Igualmente boa Igualmente ruim Pior NS NR
130	E como você acha que será sua situação econômica pessoal no ano que vem?	Melhor Igualmente boa Igualmente ruim Pior NS NR
131	Você fala algum idioma estrangeiro?	Sim Não NS NR
132	Você fala alguma língua indígena?	Sim Não NS NR
133	Qual?	
134	Qual foi sua atividade principal na semana passada?	Trabalhou Trabalha, mas não trabalhou (férias, incapacidade ou doença)

		Dona de casa Estudante Aposentado ou pensionista, Desempregado (não trabalhou mas procurou trabalho) Está incapacitado permanentemente Outro. Qual? NS NR
135	A que tipo de atividade se dedica a instituição ou empresa em que você trabalha?	Agricultura Pesca, granja, etc Indústrias (todo tipo) Comércio (todo tipo) Construção Educação Serviços (exceto comércio) NS NR
136	Em uma escala de 0 até 10, em que 0 significa politicamente associado à esquerda e 10 à direita, onde você se encontra?	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 NS NR
137	Quantos cômodos sua casa tem?	NS NR
138	Com o total da renda familiar, você diria que:	É boa e vocês conseguem poupar É justa, vocês não enfrentam grandes dificuldades Não é suficiente e vocês têm dificuldades Não é suficiente e vocês têm grandes dificuldades NS NR
139	Você tem telefone na sua casa?	Sim Não Apenas telefone celular NR
140	Você utiliza internet?	Sim Não NR
141	Com que frequência?	Diariamente, várias vezes ao dia Diariamente, uma vez ao dia De três a cinco vezes por semana Ocasionalmente NR
142	Onde você acessa a Internet: em sua casa ou fora de sua casa?	Em sua casa Fora de sua casa NR Ambas (ESPONTÂNEA)

143	Voce acha que deveria ser papel da ONU a ajuda no estabelecimento da democracia em outros países?	Sim Não NS NR
144	<p>Algumas pessoas acreditam que certos problemas seriam melhor resolvidos pela ONU ou por organizações regionais do que pelos governos nacionais de forma independente; enquanto outros consideram que esses problemas devem ser de inteira responsabilidade apenas dos governos nacionais. Para cada uma das seguintes questões, você acredita que podem ser melhor resolvidas pelos governos nacionais, governos nacionais em conjunto com organizações regionais ou governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional?</p> <p><i>Missões de paz</i></p>	
		Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Proteção do Meio-Ambiente</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Ajuda para países em desenvolvimento</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Refugiados</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Direitos Humanos</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS

		NR
145		
	<i>Políticas sobre mudança climática</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Política contra crime</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Impostos e tarifas</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Políticas de saúde</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
146		
	<i>Política de combate ao desemprego</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Políticas de imigração</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR
	<i>Crescimento econômico</i>	Governos nacionais Governos nacionais em conjunto com organizações regionais Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional NS NR

	<i>Reformas e supervisão do sistema financeiro</i>	<i>Governos nacionais</i> <i>Governos nacionais em conjunto com organizações regionais</i> <i>Governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional</i> NS NR
147	Você acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para os seguintes temas?	
	<i>Economia brasileira</i>	Muito ruim Ruim Nem bom, nem ruim Bom Muito bom NS NR
	<i>Empresas brasileiras</i>	Muito ruim Ruim Nem bom, nem ruim Bom Muito bom NS NR
	<i>Consumidores</i>	Muito ruim Ruim Nem bom, nem ruim Bom Muito bom NS NR
	<i>Geração de empregos no Brasil</i>	Muito ruim Ruim Nem bom, nem ruim Bom Muito bom NS NR
	<i>Meio-ambiente</i>	Muito ruim Ruim Nem bom, nem ruim Bom Muito bom NS NR
	<i>Estabilidade trabalhista ao brasileiro</i>	Muito ruim Ruim Nem bom, nem ruim Bom Muito bom NS NR
	<i>Seu próprio padrão de vida</i>	Muito ruim Ruim Nem bom, nem ruim Bom Muito bom

		NS NR
	<i>Gerações futuras brasileiras</i>	Muito ruim Ruim Nem bom, nem ruim Bom Muito bom NS NR
148	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul formaram um bloco conhecido pela sigla BRICS. Para alguns os BRICS são uma força capaz de equilibrar o poder mundial diante das potências tradicionais como os EUA, a Europa e o Japão. Para outros, os BRICS são uma aliança constrangedora com países autoritários como a Rússia e a China, ou que têm alta exclusão social como a Índia e a África do Sul. Com qual das duas afirmações você concorda mais?	Os BRICS são uma força capaz de equilibrar o poder mundial diante das potências tradicionais Os BRICS são uma aliança constrangedora com países autoritários ou que têm alta exclusão social NS NR
149	Em geral, quanto te interessa os assuntos nacionais?	Muito Médio Pouco Nada NS NR
150	E os assuntos internacionais?	Muito Médio Pouco Nada NS NR
151	Com que frequência você acompanha as notícias:	
	<i>Pela Internet</i>	Todo dia Algumas vezes por semana Raramente Nunca NS NR
	<i>Pela Rádio</i>	Todo dia Algumas vezes por semana Raramente Nunca NS NR
	<i>Pela TV</i>	Todo dia Algumas vezes por semana Raramente Nunca NS NR
	<i>Pelos Jornais impressos</i>	Todo dia Algumas vezes por semana Raramente Nunca

		NS NR
152	Você já morou em outro país?	Sim Não NR
153	Se você pudesse, iria morar fora do Brasil?	Sim Não Depende NS NR
154	Para você, o quanto sua vida diária é afetada pelo que acontece no mundo?	Muito Médio Pouco Nada NS NR
155	Para você, o quanto o Brasil é afetado pelo que acontece no mundo?	Muito Médio Pouco Nada NS NR
156	Dummy - hold chosen question to ask	EE FF
157	Selecting random question to ask	
158	O quanto te afeta os seguintes assuntos mundiais:	
	<i>As guerras em outros países</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>As crises econômicas no mundo</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>A mudança climática</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>A violação dos direitos humanos no mundo</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>A desigualdade entre países ricos e pobres</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>A migração internacional</i>	Muito Médio

		Pouco Nada NS NR
	<i>O narcotráfico e o crime</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>O terrorismo internacional</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
159	Para você, o quanto o Brasil é afetado pelos seguintes assuntos mundiais:	
	<i>As guerras em outros países</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>O narcotráfico e o crime organizado</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>As crises econômicas no mundo</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>A mudança climática</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>A violação dos direitos humanos no mundo</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>O terrorismo internacional</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
	<i>A desigualdade entre países ricos e pobres</i>	Muito Médio Pouco Nada

		NS NR
	<i>A migração internacional</i>	Muito Médio Pouco Nada NS NR
160	Você se sente:	Latino-americano Brasileiro Sul-americano Cidadão do Mercosul Cidadão do Mundo NS NR
161	Você tem relações com estrangeiros que vivem no Brasil?	Sim Não NS NR
162	Em relação ao número de estrangeiros que vivem no Brasil, você acha que são:	Muitos Um número adequado São poucos NS NR
163	Em geral, qual sua opinião sobre os estrangeiros que vivem no Brasil?	Muito positiva Positiva Negativa Muito negativa NS NR Indiferente (ESPONTÂNEA)
164	Qual sua opinião sobre os seguintes grupos de estrangeiros que vivem no Brasil:	
	<i>Argentinos</i>	Muito positiva Positiva Negativa Muito negativa NS NR Indiferente (ESPONTÂNEA)
	<i>Coreanos</i>	Muito positiva Positiva Negativa Muito negativa NS NR Indiferente (ESPONTÂNEA)
	<i>Chineses</i>	Muito positiva Positiva Negativa Muito negativa NS NR Indiferente (ESPONTÂNEA)
	<i>Bolivianos</i>	Muito positiva Positiva Negativa Muito negativa NS NR

		Indiferente (ESPONTÂNEA)
		NS NR <i>Indiferente (ESPONTÂNEA)</i>
165	Me diga se concorda totalmente concorda em parte, nem concorda nem discorda, discorda em parte, discorda totalmente:	
	<i>Que o Brasil autorize a entrada de estrangeiros ALTAMENTE qualificados para viver e trabalhar aqui</i>	<i>Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR</i>
	<i>Que o Brasil autorize a entrada de estrangeiros POUCO qualificados para viver e trabalhar aqui</i>	<i>Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR</i>
166	Qual deve ser a importância de cada um dos seguintes objetivos da Política Externa do Brasil?	
	<i>Promover a paz e a segurança internacional</i>	<i>Muito importante Razoavelmente importante Pouco importante Nada importante NS NR</i>
	<i>Combater o narcotráfico e o crime organizado</i>	<i>Muito importante Razoavelmente importante Pouco importante Nada importante NS NR</i>
	<i>Promover a cultura brasileira</i>	<i>Muito importante Razoavelmente importante Pouco importante Nada importante NS NR</i>
	<i>Atrair turistas</i>	<i>Muito importante Razoavelmente importante Pouco importante Nada importante NS NR</i>
	<i>Promover a proteção dos direitos humanos em outros países</i>	<i>Muito importante Razoavelmente importante Pouco importante Nada importante NS NR</i>
167	Qual a importância para o Brasil em investir mais recursos:	

	<i>Na abertura de novas embaixadas e consulados em outros países</i>	<i>Muito importante</i> <i>Razoavelmente importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> NS NR
	<i>No oferecimento de bolsas a estudantes de outros países que venham estudar no Brasil</i>	<i>Muito importante</i> <i>Razoavelmente importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> NS NR
	<i>No fornecimento de dinheiro para o desenvolvimento de outros países</i>	<i>Muito importante</i> <i>Razoavelmente importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> NS NR
	<i>No aumento da participação do Brasil em organismos internacionais, como a ONU</i>	<i>Muito importante</i> <i>Razoavelmente importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> NS NR
	<i>Na concessão de refúgio a estrangeiros que estão em perigo em seu país</i>	<i>Muito importante</i> <i>Razoavelmente importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> NS NR
168	Você concorda ou discorda que para aumentar sua influência no mundo, o Brasil utilize:	
	<i>O poder militar</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> NS NR
	<i>A diplomacia</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> NS NR
	<i>A cultura</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> NS NR
	<i>O comércio</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> NS NR

	<i>A cooperação internacional para o desenvolvimento</i>	<i>Concordo totalmente</i>
		<i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> NS NR
169	Em uma escala de 0 a 100, em que 0 é uma opinião muito desfavorável, 100 é uma opinião muito favorável e 50 não é nem favorável nem desfavorável; qual sua opinião sobre as seguintes organizações internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI)	Não conhece NS/ Não tem opinião NR
170	Mercosul	Não conhece NS/ Não tem opinião NR
171	Aliança Bolivariana (ALBA)	Não conhece NS/ Não tem opinião NR
172	Aliança do Pacífico	Não conhece NS/ Não tem opinião NR
173	A Organização das Nações Unidas (ONU)	Não conhece NS/ Não tem opinião NR
174	A Organização dos Estados Americanos (OEA)	Não conhece NS/ Não tem opinião NR
175	Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC)	Não conhece NS/ Não tem opinião NR
176	Dummy - hold chosen question to ask	JJ KK LL MM NN OO PP QQ
177	Selecting random question to ask	
178	Caso o presidente da VENEZUELA seja derrubado pela força, você concorda ou discorda que o Brasil assumirá a liderança nos organismos internacionais para impor sanções econômicas ao governo não democrático?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
179	Caso o presidente da URUGUAI seja derrubado pela força, você concorda ou discorda que o Brasil assumirá a liderança nos organismos internacionais para impor sanções econômicas ao governo não democrático?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
180	Caso o presidente da VENEZUELA seja derrubado pela força, você concorda ou discorda que o Brasil assumirá a liderança nos organismos	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte

	internacionais para condenar o governo não democrático?	Discordo totalmente NS NR
181	Caso o presidente da URUGUAI seja derrubado pela força, você concorda ou discorda que o Brasil assuma a liderança nos organismos internacionais para condenar o governo não democrático?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
182	Caso o presidente da VENEZUELA seja derrubado pela força, você concorda ou discorda que o Brasil rompa imediatamente suas relações diplomáticas com o governo não democrático sem esperar a resposta de outros países?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
183	Caso o presidente da URUGUAI seja derrubado pela força, você concorda ou discorda que o Brasil rompa imediatamente suas relações diplomáticas com o governo não democrático sem esperar a resposta de outros países?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
184	Caso o presidente da VENEZUELA seja derrubado pela força, você concorda ou discorda que o Brasil não opine sobre a situação, pois não deve interferir nos assuntos internos de outros países por princípio?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
185	Caso o presidente da URUGUAI seja derrubado pela força, você concorda ou discorda que o Brasil não opine sobre a situação, pois não deve interferir nos assuntos internos de outros países por princípio?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
186	Dummy - hold chosen question to ask	RR SS TT UU VV YY WW XX
187	Selecting random question to ask	
188	Em caso de conflito militar entre o CHILE e a ARGENTINA, você está de acordo ou em desacordo que o Brasil assuma a liderança na região para impor sanções econômicas ao país agressor?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
189	Em caso de conflito militar entre a VENEZUELA e a COLÔMBIA, você está de acordo ou em desacordo que o Brasil assuma a liderança na região para impor sanções econômicas ao	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente

	país agressor?	NS NR
190	Em caso de conflito militar entre o CHILE e a ARGENTINA, você concorda ou discorda que o Brasil assuma a liderança nos organismos internacionais para condenar o país agressor?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
191	Em caso de conflito militar entre a VENEZUELA e a COLÔMBIA, você concorda ou discorda que o Brasil assuma a liderança nos organismos internacionais para condenar o país agressor?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
192	Em caso de conflito militar entre o CHILE e a ARGENTINA, você concorda ou discorda que o Brasil rompa imediatamente as relações diplomáticas com o país agressor sem esperar a resposta de outros países?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
193	Em caso de conflito militar entre a VENEZUELA e a COLÔMBIA, você concorda ou discorda que o Brasil rompa imediatamente as relações diplomáticas com o país agressor sem esperar a resposta de outros países?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
194	Em caso de conflito militar entre o CHILE e a ARGENTINA, você concorda ou discorda que o Brasil não opine sobre a situação, pois não deve interferir nos assuntos internos de outros países por princípio?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
195	Em caso de conflito militar entre a VENEZUELA e a COLÔMBIA, você concorda ou discorda que o Brasil não opine sobre a situação, pois não deve interferir nos assuntos internos de outros países por princípio?	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
196	Dummy - hold chosen question to ask	P Q
197	Selecting random question to ask	
198	Você está de acordo ou em desacordo com a seguinte afirmação? O Brasil, como o maior país da América do Sul, TEM a responsabilidade de investir recursos para o desenvolvimento da região.	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
199	Você está de acordo ou em desacordo com a seguinte afirmação? O Brasil, como o maior país da América do Sul, NÃO tem nenhuma responsabilidade de investir	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente

	recursos para o desenvolvimento da região.	NS NR
200	Por seu tamanho territorial, demográfico e econômico, o Brasil é o país mais importante da América do Sul. Considerando isto, você concorda ou discorda que o Brasil:	
	<i>Ajude economicamente aos países menos desenvolvidos da região</i>	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
	<i>Combata as ameaças transnacionais, como o narcotráfico</i>	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
	<i>Lidere a região nos foros internacionais</i>	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
	<i>Não intervenha nos problemas da região</i>	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR
201	Em qual dos seguintes países você tem mais confiança para ser o líder da América Latina?	México Brasil Chile Cuba Venezuela Outro. Qual? Nenhum (ESPONTÂNEA)
202	E menos confiança para ser o líder da América Latina?	México Brasil Chile Cuba Venezuela Outro. Qual? Nenhum (ESPONTÂNEA)
203	Em relação à integração na AMÉRICA DO SUL, você concorda ou discorda que haja:	
	<i>Livre movimento de pessoas na região sem controles fronteiriços</i>	Concordo totalmente Concordo em parte Nem concordo nem discordo Discordo em parte Discordo totalmente NS NR

	<i>Operações militares conjuntas</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Uma moeda comum sul-americana</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Um parlamento ou congresso sul-americano</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Uma política externa comum</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Embaixadas conjuntas</i>	<i>Concordo totalmente</i> <i>Concordo em parte</i> <i>Nem concordo nem discordo</i> <i>Discordo em parte</i> <i>Discordo totalmente</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
204	Na sua opinião, a situação dos direitos humanos no Brasil melhoraria sob a supervisão dos:	
	<i>Estados Unidos</i>	<i>Muito</i> <i>Médio</i> <i>Pouco</i> <i>Nada</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Da ONU</i>	<i>Muito</i> <i>Médio</i> <i>Pouco</i> <i>Nada</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Da Corte Interamericana de Direitos Humanos</i>	<i>Muito</i> <i>Médio</i> <i>Pouco</i> <i>Nada</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Da Anistia Internacional</i>	<i>Muito</i> <i>Médio</i> <i>Pouco</i>

		<i>Nada</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
205	Voce poderia me dizer qual a sua religião?	Católico Cristão Protestante/Evangélico Ortodoxo Judeu Muçulmano De outra religião ou denominação cristã De outras religiões não cristãs Não tem religião <i>NS</i> <i>NR</i>
206	Você participa de alguma rede social como o Facebook ou o Twitter?	Sim Não <i>NS</i> <i>NR</i>
207	Dentre as seguintes alternativas, você se reconhece ou se identifica como de cor ou raça:	Afro-descendente Indígena Amarelo Negro Branco Preto Pardo <i>NS</i> <i>NR</i>
208	Em uma escala de 1 a 7, onde 1 significa MUITO NEGATIVO e 7 MUITO POSITIVO, como você avalia a atuação dos EUA na:	
	<i>América Latina</i>	1 2 3 4 5 6 7 <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Luta contra o terrorismo mundial</i>	1 2 3 4 5 6 7 <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Na defesa da democracia no mundo</i>	1 2 3 4 5 6 7 <i>NS</i> <i>NR</i>

	<i>Na promoção do livre comércio</i>	1 2 3 4 5 6 7 NS NR
209	Em uma escala de 1 a 7, onde 1 significa MUITO NEGATIVO e 7 MUITO POSITIVO, como você avalia cada um dos seguintes aspectos dos EUA:	
	<i>Seus avanços científicos e tecnológicos</i>	1 2 3 4 5 6 7 NS NR
	<i>Sua Democracia</i>	1 2 3 4 5 6 7 NS NR
	<i>Sua presença militar no mundo</i>	1 2 3 4 5 6 7 NS NR
	<i>Sua posição como o país mais importante do mundo</i>	1 2 3 4 5 6 7 NS NR
	<i>Sua cultura popular, como o cinema e a música</i>	1 2 3 4 5 6 7 NS NR

210	Você diria que a relação do Brasil com os seguintes países é:	
	<i>Argentina</i>	<i>Muito ruim</i> <i>Ruim</i> <i>Regular</i> <i>Boa</i> <i>Muito boa</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Bolívia</i>	<i>Muito ruim</i> <i>Ruim</i> <i>Regular</i> <i>Boa</i> <i>Muito boa</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>EUA</i>	<i>Muito ruim</i> <i>Ruim</i> <i>Regular</i> <i>Boa</i> <i>Muito boa</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Venezuela</i>	<i>Muito ruim</i> <i>Ruim</i> <i>Regular</i> <i>Boa</i> <i>Muito boa</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Cuba</i>	<i>Muito ruim</i> <i>Ruim</i> <i>Regular</i> <i>Boa</i> <i>Muito boa</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
211	As pessoas têm visões diferentes sobre o que significa ser brasileiro. Na sua opinião, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para ser brasileiro?	
	<i>Ter nascido no Brasil</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Falar bem o português</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Ser cristão</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i>

		<i>NR</i>
	<i>Respeitar os símbolos do país como a bandeira e o hino</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante</i> <i>Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
	<i>Ter orgulho de ser brasileiro</i>	<i>Muito importante</i> <i>Importante Pouco importante</i> <i>Nada importante</i> <i>NS</i> <i>NR</i>
